

ROSA AMÉLIA LEAL PEREIRA

**RURAL DE MATO GROSSO: MUDANÇAS SOCIAIS E ORGANIZAÇÃO
DA POPULAÇÃO NO CAMPO**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Demografia do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a
orientação do Prof. Dr. José Marcos
Pinto da Cunha

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
24/02/2005

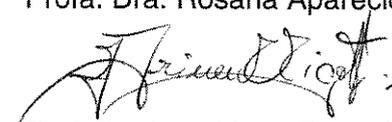
BANCA



Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha (Orientador)



Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger



Prof. Dr. José Irineu Rangel Rigotti

Fevereiro/2005

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	I/ UNICAMP
	P414r
V	EX
TOMBO BC/	62855
PROC.	16.86.05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11.00
DATA	31.03.05
Nº CPD	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

Bkvid 344021

P414r

Pereira, Rosa Amélia Leal
Rural de Mato Grosso: mudanças sociais e organização da
população no campo / Rosa Amélia Leal Pereira. -- Campinas,
SP : [s.n.], 2005.

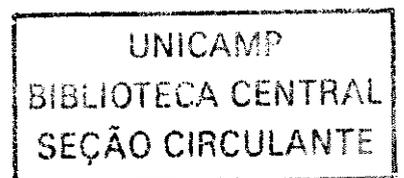
Orientador: José Marcos Pinto da Cunha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração rural-urbana. 2. Migração urbana-rural.
3. Agricultura familiar. 4. Camponeses. 5. Desenvolvimento rural
- Mato Grosso (MT). 6. Mudança social. 7. Demografia.
I. Cunha, José Marcos Pinto da. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

200507320

Para Francisco de Fátima da Silva

iii



SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	viii
LISTAGEM DE MAPAS	viii
LISTAGEM DE TABELAS	ix
LISTAGEM DE GRÁFICOS	x
APRESENTAÇÃO	1
1. FRONTEIRA AGRÍCOLA: POLÍTICA AGRÁRIA E TRAJETÓRIAS POPULACIONAIS.	7
2. ALÉM DAS FRONTEIRAS ENTRE O URBANO E O RURAL	22
3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DE MATO GROSSO	38
3.1. Crescimento populacional e grau de urbanização: diferenciais entre as microrregiões e respectivas áreas urbana e rural	38
3.2. Sobre idade, sexo e espécie de família na composição da população rural de mato-grossense	52
4. ALGUMAS INDAGAÇÕES SOBRE EXPRESSÕES DA FORÇA DE TRABALHO E MIGRAÇÕES ENTRE AS ÁREAS URBANAS E RURAIS DO ESTADO	63
4.1. Diferenciais entre as áreas urbanas e rurais, por segmentos da atividade econômica e renda <i>per capita</i> familiar	63
4.2. Aspectos migratórios entre o rural e o urbano de Mato Grosso	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93

O real não está nem na chegada nem na saída. Ele se dispõe pra gente no meio da travessia. (João Guimarães Rosa).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um esforço que não começa com ele e muito menos termina com ele. Portanto agradeço:

em primeiro lugar aos meus pais, Miguel Pereira e Maria Rita, pelo sempre incentivo aos estudos, mesmo nas condições mais adversas, à minha mãe agradeço sobretudo o exemplo de mulher guerreira, de tão boa paz.

às minhas irmãs e irmãos, pelo amor que assegura que mesmo distantes, estejamos sempre unidos.

à minha avó Luzia agradeço pelos mesmos motivos que agradeço aos meus pais.

Ao Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha, pela orientação paciente e confiante.

À Capes, pela concessão da bolsa de pesquisa.

Aos professores doutores Roberto Luiz do Carmo e Rosana Baeninger pelo estímulo e franqueza em suas críticas por ocasião do exame de qualificação.

À profa. Dra. Elizabete Dória Bilac pelo carinho e por suas aulas sempre muito instigantes.

Ao Alberto pelo apoio dado nos últimos meses, sobretudo na orientação quanto ao uso e captura dos dados dos Censos Demográficos.

À Raquel também pelo apoio em todas as ocasiões em que precisei quando do uso do laboratório de informática do NEPO.

À Cristina, secretária da pós-graduação do IFCH, pela alegria e profissionalismo com que trata a todos.

Aos colegas da pós-graduação, especialmente à Eliana, Ricardo Ojima e Luciana Fernandes, agradeço pelo exemplo de solidariedade e dedicação.

Aos primos Bené e Rosa, pela amizade, o encorajamento e o apoio às minhas buscas que, sem isso, talvez eu não tivesse chegado até a Universidade.

Ao Chico, por todos os momentos ao meu lado desde o meu ingresso na pós-graduação, agradeço também pelo amor e os ensinamentos de paciência e perseverança. É a quem dedico este trabalho.

RESUMO: este trabalho discute algumas características da população residente no meio rural em áreas de fronteira agrícola, tendo como estudo de caso o Estado do Mato Grosso. Através da análise dos dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000, verificamos os diferenciais da população por sexo, idade e situação de domicílio, analisando-se aspectos do desenvolvimento das atividades econômicas e das formas de deslocamentos e de ocupação da população nas áreas rurais tendo como parâmetro comparativo, as áreas urbanas do Estado. O propósito deste trabalho é verificar as possíveis transformações do espaço rural do Estado, decorrentes do processo de ocupação demográfica e econômica intensificadas a partir da década de 1970, período marcado por intensas transformações em seu padrão produtivo e ocupacional, já indicando o intenso processo de urbanização e o surgimento de novos municípios, verificados nas décadas posteriores. Podendo-se afirmar que, embora o setor agrícola seja preponderante, o rural mato-grossense já possui características que o conformam como um espaço mais amplo do que aquele delimitado pelas tradicionais atividades agropecuárias, as quais tendem a ter menor representatividade em termos de ocupação de mão-de-obra e de geração de renda para as pessoas ocupadas.

ABSTRACT: this work discusses some characteristics of the population living into the agricultural borders rural areas, having as case study (casework) the Mato Grosso State. Through the analysis of the data from the *Demographic Census* in 1980, 1991, and 2000, one verifies the differential of the population by sex, age, and the domicile situation, at analysing the aspects of the development of the economic activities, and the forms of the population displacements and occupation in the rural areas, holding as comparative parameter, the urban areas of the State. The purpose of this writing is to verify the possible

transformations of the rural space into the State, as the result of the demographic, economic, and occupational process intensified since the decade of the 1970's, a period stressed by the intense transformations in its productive and occupational pattern, already indicating the intense process of the urbanization and the rising of new countries, verified in the later decades. One can assert that, although the agricultural sector is prevailing, the matogrossense rural possess already the characteristics that conform it as a larger space than that delimited by the traditional agricultural activities, and these activities have a tendency to hold lesser representativeness, in terms of occupational labour, and the income production to the workers.

LISTAGEM DE MAPAS

Mapa 1. Taxas médias anuais de crescimento, segundo microrregião. Estado do Mato Grosso, 1991/2000	40
--	----

LISTAGEM DE TABELAS

Tabela 1. Número de municípios por tamanho da população. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000	31
Tabela 2. População e Taxa de Crescimento Demográfico por Microrregiões Estado de Mato Grosso, 1970, 1980, 1991 e 2000	42
Tabela 3. Taxa média anual de crescimento da população urbana e rural segundo microrregiões. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000	46
Tabela 4. População residente segundo a situação de domicílio e grau de urbanização por microrregiões (%). Mato Grosso, 1980, 1991, 2000	50
Tabela 5. Crescimento absoluto da população residente segundo a situação de domicílio por microrregiões. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	51
Tabela 6. População residente na área rural, por sexo. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000	54
Tabela 7. População residente na área Urbana, por sexo. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	55
Tabela 8. População residente na área rural, por sexo e idade. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	57
Tabela 9. População residente na área urbana, por sexo e idade. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	60
Tabela 10. Percentual de domicílios segundo o tipo de família. Mato Grosso, 1980,1991, 2000.....	61
Tabela 11. Percentual de domicílios segundo o tipo de família por situação de domicílio. Mato Grosso, 1980,1991, 2000.....	61
Tabela 12. Distribuição percentual das Pessoas maiores de 10 anos ocupadas residentes no meio rural, segundo o número de trabalhos por microrregiões. Mato Grosso, 1980, 1991 e 2000.....	69

Tabela 13. Distribuição percentual das pessoas maiores de 10 anos ocupadas residentes na área urbana, segundo o número de trabalhos. Mato Grosso, 1980, 1991 e 2000	70
Tabela 14. Evolução das pessoas ocupadas, residentes no meio rural, segundo ramo de atividade, por microrregião. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	72
Tabela 15. Evolução das pessoas ocupadas, residentes no meio urbano, segundo ramo de atividade, por microrregião. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	73
Tabela 16. Distribuição percentual da população migrante segundo situação de domicílio atual, por microrregião. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	80
Tabela 17. Distribuição percentual da população rural emigrante do Estado do Mato Grosso, segundo região de destino. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	83
Tabela 18. Distribuição percentual da população rural imigrante, segundo região de origem (%). Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	83
Tabela 19. Distribuição percentual da população imigrante rural intra-estadual, por microrregiões. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	85

LISTAGEM DE GRÁFICOS

Gráficos 1 e 2. Razão de sexo da população, por situação de domicílio. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	53
Gráficos 3 a 9. Pirâmides Etárias da População residente na área rural e Urbana. Mato grosso, 1980, 1991, 2000.....	56
Gráfico 10. Distribuição percentual da PEA, em setores de atividades econômicas, na área urbana e rural. Mato Grosso. 1980, 1991, 2000.....	67
Gráficos 11 a 12. Renda <i>per capita</i> Familiar Deflacionada para Janeiro de 2002, segundo Relação com o Chefe da Família e Situação do Domicílio. Mato Grosso, 1980, 1991 e 2000.....	68
Gráficos 13 a 15. Evolução do número de pessoas ocupadas, segundo ramo de atividade. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	71
Gráfico 16. População migrante por situação de domicílio anterior e atual. Estado do Mato Grosso. 1980, 1991, 2000.....	81

Gráfico 17. Distribuição percentual da população migrante inter e intra-estadual. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	81
Gráfico 18. Distribuição percentual da população Migrante intra-estadual, por situação de domicílio. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	82
Gráficos 19, 20 e 21. Emigração rural intra-estadual por sexo e idade. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	86
Gráficos 22, 23 e 24. Imigrantes rurais de origem urbana, segundo a migração intra-estadual, por sexo e Idade. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	86
Gráficos 25, 26 27. Imigrantes rurais de origem rural segundo a migração intra-estadual, por sexo e Idade. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.....	86

APRESENTAÇÃO

Nosso propósito nesta dissertação é pesquisar as principais características demográficas e formas ocupacionais da população rural no Estado do Mato Grosso, averiguando as possíveis transformações dessas características no decorrer dos anos de 1980, 1990 e 2000. Para tanto pretendemos verificar indicativos da relevância das atividades tipicamente urbanas nessas áreas e quais as possíveis articulações entre trabalho e moradia no espaço rural e urbano, frente às mudanças no padrão produtivo do Estado entre os anos de 1980 a 2000.

As condições de desenvolvimento, nas áreas rurais no Brasil, têm sido debatidas entre os intelectuais, os administradores e os políticos que se preocupam com as diversas questões que permeiam os problemas relacionados ao desenvolvimento econômico do meio rural. Discurso que foi reacendido nos anos noventa, cujo olhar pungente se traduz nas condições e formas de desenvolvimento das áreas rurais; trata-se de uma crítica aos modelos de desenvolvimento tradicionais pautados pela idéia de desenvolvimento rural em contraposição às velhas formas de políticas de desenvolvimento agrícola. A principal questão, e que todos estão de acordo, é que, no setor econômico, o rural não pode e não deve ser confundido apenas com a agropecuária. Nessas áreas, coexistem atividades agrícolas e não-agrícolas, cujas implicações são várias, e incidem em todas as esferas da vida da população aí existente.

Esta pesquisa, apesar do enfoque privilegiado no âmbito rural do Estado do Mato Grosso, tem como proposta elucidar algumas características desse domínio em particular, mas sem perder de vista a sua inserção num contexto mais amplo das determinações econômicas, políticas e culturais. Um cuidado que consideramos fundamental na compreensão de qualquer processo social, sobretudo em se tratando de uma região de fronteira agrícola. Carece

acrescentar, no entanto, que tais questões não terão o aprofundamento necessário neste trabalho que se circunscreve no limite da proposta acima esboçada. As recorrências aos estudos de outros autores, longe de compreender uma abordagem aprofundada de suas formulações teóricas, são “apropriadas” apenas como recurso metodológico para a compreensão e análise da realidade dos componentes inseridos neste trabalho. A delimitação geográfica deste estudo corresponde àquela definida pela Fundação IBGE em seus levantamentos censitários nos anos de 1980, 1991 e 2000.

Tomaremos como ponto de partida para o estudo a análise estadual e regional, referente às microrregiões que apresentam processos e momentos distintos de ocupação demográfica. A região sul do Estado se caracteriza como de fronteira consolidada que, já na década de 70, distribuiu sua população para outras áreas do Estado, como a região norte, posteriormente, a região central e a região nordeste, resultando em transformações, já nos anos noventa, com relação ao peso relativo dos processos migratórios interestaduais e intra-estaduais. A migração intra-estadual, neste Estado, tende a ser cada vez mais significativa nas formas de deslocamentos populacionais (CUNHA, 2004; SILVA, 1989).

O período referenciado se justifica por caracterizar o marco das mudanças relacionadas ao conjunto de transformações sócio-espaciais, tecnológicas, econômicas, políticas e demográficas que evidenciam a necessidade de análise das diversas formas de ocupação demográfica e econômica do meio rural nos últimos anos. Nesse processo de transição, uma das principais características do Estado foi a rápida transformação das produções e o *boom* de ocupação nos anos 80 com arrefecimento nos anos posteriores, ou seja de 1990 a 2000 (CUNHA, 2004).

O grande crescimento populacional e a dinamização da economia do Mato Grosso foram conseqüências do processo de ocupação incentivado pelo governo militar a partir da

década de 60. Nesse período houve a abertura de grandes eixos rodoviários, grandes incentivos à modernização tecnológica da agricultura e da implantação dos projetos de colonização privados.

As formas de ocupação econômica e demográfica do Estado desenvolveram-se pela solidificação de dois processos concomitantes: a modernização tecnológica da agricultura e a agricultura camponesa. Esse processo de ocupação se caracteriza pela falta de integração entre duas linhas de atuação política do Estado. Uma baseada no planejamento e favorecimento de novos investimentos para infraestrutura e a abertura de mercados para grandes empresas, a outra direcionada para o desenvolvimento sustentável, para as populações locais e a proteção ambiental. Neste último caso, são mantidos os velhos padrões de assentamento e colonização em áreas florestais, desprovidos de apoio e orientação, resultando em grande desmatamento de suas áreas e posterior abandono dos lotes pelas famílias assentadas (SILVA, 1989; BECKER 2001; CUNHA, 2004).

O Mato Grosso, sobretudo a partir da década de 70, apresentou características como, maior concentração de terra (avanço da agropecuária extensiva e da agroindústria) e ineficiência das formas de ocupação baseadas na pequena propriedade. O Estado também apresentou transformações nas tendências do processo migratório, com importantes contingentes de migração intra-estadual para as áreas urbanas, sobretudo a partir da década de 80. Os dados indicam também um intenso processo de urbanização das áreas de fronteira. O grau de urbanização para o total do Estado no ano de 2000 foi em torno de 79,38%.

Outra característica importante neste Estado é o surgimento de novos municípios, bem como a regularização de assentamentos rurais que nos anos entre 1986 a 1991 formaram um total de 25 assentamentos, abrangendo um total 5.260 famílias e entre 1991 e 2000, os dados do

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Mato Grosso registram 226 assentamentos com um total de 46.323 famílias (CUNHA, 2004).

Por se tratar de uma área que ainda possui características de fronteira agrícola, já em fase de consolidação; a pergunta que se coloca busca verificar quais as possíveis conseqüências das mudanças sociais e econômicas, ocasionadas pelo processo de transformação produtiva e de abertura econômica, intensificadas nas últimas décadas no Estado para a reprodução econômica e social das famílias rurais e como se caracterizam os setores da economia e ramo de atividade (agrícola e não-agrícola) no contexto urbano/rural.

Os objetivos deste trabalho são: verificar as principais características da ocupação demográfica ao nível do Estado, delineando um perfil de sua população, através da análise das taxas de crescimento, do grau de urbanização por situação de domicílio e dos diferenciais por sexo e idade da população, e articular esses dados com o tipo de família da população residente, conjugando-os com os dados referentes a algumas formas de inserção produtivas mais freqüentes no meio rural e no urbano, assim como, com alguns aspectos relacionados à migração que permitem traçar um perfil das principais características da população rural estadual.

No primeiro capítulo, procuramos reconstituir a história de ocupação do Mato Grosso, através de estudos bibliográficos, com ênfase para o papel das migrações, formas de assentamentos e colonização privada no Estado. No âmbito mais geral, pretendemos um recorte explicativo desse estudo, através das formulações de Martins (1997), daquilo que ele considera como frente pioneira e frente de expansão, como dimensões explicativas das formas de ocupação das áreas de fronteira agrícola da região que compõe a “Amazônia Legal”, da qual o Estado do Mato Grosso é parte.

No segundo capítulo, através do estudo de alguns autores, introduzimos algumas discussões sobre o rural no Brasil, as transformações ocorridas nesse espaço e suas formulações a respeito da agricultura e dos agricultores. Neste capítulo, damos ênfase às formulações que, sem negar o avanço de outros setores da economia nas áreas rurais e das transformações do modo de vida da população local, não excluem a possibilidade e o potencial do desenvolvimento rural com base na agricultura familiar. Isto, em função de suas próprias características, assim como de sua constituição histórica, o que tentamos correlacionar neste estudo.

No terceiro capítulo, apresentaremos uma primeira caracterização geral da população do Mato Grosso através dos dados censitários, apontando as características do domicílio (urbano/rural), a evolução do grau de urbanização estadual, o crescimento da população rural, características da população por sexo e idade e a importância de cada microrregião considerada relativa à participação da população rural na população total estadual.

No quarto capítulo, procederemos a uma análise articulada dos dados referentes às variáveis, situação de domicílio e setor de atividade econômica, renda *per capita* familiar, pessoas segundo número de trabalhos e ramo de atividade. Em seguida, analisaremos os movimentos migratórios segundo situação de domicílio anterior e atual, da migração inter-estadual e intra-estadual.

Dando continuidade à análise do processo migratório no Estado, daremos ênfase ao movimento intra-estadual, a fim de que se possa discutir os processos de emigração e imigração nas áreas rurais do Estado, por idade e sexo e os diferenciais entre as microrregiões.

Concluiremos este trabalho fazendo algumas considerações sobre os principais elementos fornecidos nos demais capítulos, articulando-os com ênfase nas mudanças ocorridas no decorrer dos anos observados e sua relação com as transformações econômicas, tentando

discutir possibilidades de desenvolvimento do rural especialmente da agricultura familiar no Estado.

1. FRONTEIRA AGRÍCOLA: FORMAS DE OCUPAÇÃO E TRAJETÓRIAS POPULACIONAIS.

... Por isso a grande expansão capitalista no campo nos últimos vinte anos foi também a expansão das contradições, semeou a empresa, a fazenda a grilagem, a injustiça, a brutalidade. E semeou também a resistência, semeou novas significações para velhos atos, novos atos para velhas significações. Encheu a terra de mistério, enigmas e, também de desvendamentos, de descobertas. O cotidiano dos pobres da terra está sendo reinventado.

José de Souza Martins.

Para a compreensão dos processos demográficos e econômicos constitutivos das áreas de fronteira agrícola, Martins (1997) chama a atenção para duas dimensões distintas: “frente pioneira” e “frente de expansão”, duas formas, comumente, consideradas pelos estudiosos do aspecto fronteiriço. Tais dimensões dão conta de aspectos distintos da realidade da fronteira. Numa dimensão, o olhar é freqüentemente direcionado apenas a uma esfera do processo de ocupação da fronteira agrícola, qual seja, a ocupação econômica, na outra, basicamente estudam-se as populações locais, mais especificamente a indígena. De acordo com o autor, essas duas dimensões distintas se entrecruzam, num movimento dialético, respondendo à realidade de movimentos do processo de ocupação da fronteira agrícola.

Os estudos que, têm como dimensão a idéia de frente pioneira, são comumente utilizados pelos geógrafos, os quais levam em consideração em seus estudos a referência ao empresário, ao fazendeiro, ao comerciante e ao pequeno proprietário. Tal concepção, no entanto, não considera o índio como ator fundamental para a compreensão dessas ocupações. Já a frente de expansão expressa as formas de ocupação do espaço tendo como referência as populações indígenas, preocupações que, segundo Martins, estão na base de alguns estudos antropológicos.

Tais concepções expressam, de diferentes modos, a maneira como a população civilizada se expande territorialmente. Para o autor, o desencontro entre elas, mais do que produto das diversidades dos pontos de vista sobre a fronteira, reflete a sua contraditória

diversidade. Diversidade essa que se expressa nas relações sociais marcadas por tempos históricos distintos, uma vez que os grupos sociais estão situados diversamente no tempo e na história (índios, camponeses, grande capital).

Os diferentes estudos que incorporam noções como frente pioneira e frente de expansão, mais do que a elaboração de conceitos, eles tratam de proposições que contribuem para elucidar os diferentes modos de como os civilizados se expandem no território. Isto é, expressam os modos como vão se constituindo esses novos espaços. Martins (1997) aponta para a importância dessas abordagens ao se analisar a realidade dos protagonistas da fronteira como momento de uma totalidade dialética e, portanto, “momento de contradição” e “lugar de conflito”.

Para o autor, quando os geógrafos se referem à frente pioneira, estão falando da reprodução ampliada do capital, ou seja, da conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, indicada pela proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários. Já os estudos antropológicos, sobre a frente de expansão, referem-se a uma forma de expansão do capital que não pode ser essencialmente caracterizada como capitalista. Para o autor,

Essa expansão é essencialmente expansão de uma rede de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os que explora, índios ou camponeses. O mercado opera através dos comerciantes dos povoados, com critérios monopolísticos, mediados quase sempre por violentas relações de dominação pessoal, tanto na comercialização dos produtos quanto nas relações de trabalho (sendo aí característica a peonagem ou a escravidão por dívida. Portanto, muito longe do que tanto Marx quanto Weber poderiam definir como capitalista. (MARTINS, 1997, p. 157).

Feito essas colocações, o autor aponta para uma primeira distinção entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica. Entre essas duas frentes, portanto, estão aqueles que ainda são os agentes característicos da ocupação capitalista que compreendem o moderno, a

racionalidade do urbano e das instituições políticas e jurídicas etc. O autor propõe a elaboração de uma datação histórica entre as frentes de ocupação da fronteira em diferentes faixas que possam elucidar as diversidades de encontros históricos que compreendem as populações indígenas, o camponês e o grande capital.

É possível, assim, fazer uma primeira datação histórica: adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica, está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira dominada não apenas pelos agentes da civilização, mas nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente, agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. (MARTINS, 1997, p. 158).

Cada uma dessas faixas tem o seu próprio tempo histórico e está ocupada por populações que, ou estão inseridos “diversamente” na história como é o caso dos não-indígenas, sejam eles camponeses, peões ou empresários, ou estão no “limite” da história como é o caso das populações indígenas. A proposta de Martins, portanto, é chamar a atenção para que se compreenda a diversidade da fronteira, o que torna necessário levar em conta as contradições expressas no interior das próprias relações sociais que definem seja a individualidade das pessoas, seja a identidade dos grupos.

A distinção entre frente de expansão e frente pioneira, portanto, se constitui como instrumento auxiliar na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos dessa realidade, tornando-se instrumento útil quando as duas concepções são trabalhadas na sua unidade e não como tipologias de fronteira, as quais não permitem compreender a coexistência de tempos históricos distintos expressos além da articulação dos modos de produção, ou seja, nas próprias relações sociais e nas contradições que aí se estabelecem.

Ainda de acordo com Martins (1997), o avanço da frente de expansão, para o índio, por exemplo, não repercute apenas por colocá-lo diante de uma humanidade diferente, a dos civilizados, mas, sobretudo, repercute nos rearranjos de seus territórios e nas suas relações com outras tribos, que também se entrecrocaram. Mudanças que resultam em muitas perdas, não só de território mas de vidas e de elementos culturais. Segundo o autor, só recentemente, os índios se deram conta do que está de fato acontecendo e passaram a formar alianças com seus antigos inimigos para enfrentar os civilizados. Essas “faixas” se misturam resultando no contato conflitivo de populações cujos antagonismos incluem o desencontro dos tempos históricos em que vivem.

Essa diversidade se relaciona diretamente com as diferentes formas de ocupação da Amazônia pela sociedade nacional, cujo espaço compreende não apenas a Amazônia geográfica, mas regiões vizinhas: Mato Grosso, norte de Goiás e Pré-Amazônia maranhense. Esse espaço, compreendido como Amazônia Legal, vem sendo ocupado praticamente pela “frente de expansão”¹: frentes extrativas, frentes pecuárias e frentes agrícolas (MARTINS, 1986).

Com o advento da ditadura militar em 1964 e com sua política de incentivos fiscais para a ocupação da Amazônia em 1966, ocorreram transformações na ação dessas diferentes frentes de expansão, que estiveram anteriormente na dependência exclusiva de mecanismos de mercado. Nesse período houve implantação de pólos de desenvolvimento econômico através da construção de grandes obras como rodovias, hidrelétricas, grandes empresas extrativas de minerais afetando, sobretudo, as populações indígenas. De acordo com o autor:

A recente expansão da fronteira mostrou isso de forma muito clara. Práticas de violência nas relações de trabalho como a escravidão por dívida, próprias da história da frente de expansão são adotadas sem dificuldade por modernas empresas da frente pioneira. Pobres povoados camponeses da frente de

¹ Termo atribuído pelo autor a Darcy Ribeiro.

expansão, permanecem ao lado de fazendas de grandes grupos econômicos equipados com o que de mais moderno existe em tecnologia. (MARTINS, 1986, p. 175).

O declínio da frente de expansão como forma característica de ocupação passa a ocorrer a partir 1943, com a chamada Marcha para Oeste, quando da intervenção direta do Estado para acelerar os deslocamentos dos típicos agentes da frente pioneira para territórios, em geral, já ocupados pelos grupos da frente de expansão. Com os incentivos fiscais, o avanço da grande fazenda foi enormemente acelerado. A grande empresa passou a expulsar ao mesmo tempo camponeses e índios. Ainda conforme o autor:

Tipicamente a frente de expansão foi constituída de populações ricas e pobres que se deslocavam em busca de terras novas para desenvolver suas atividades econômicas: fazendeiros de gado, como ocorreu na ocupação das pastagens do Maranhão por criadores originários do Piauí; seringueiros e castanheiros que se deslocavam para vários pontos da Amazônia. E mesmo agricultores. Levaram consigo seus trabalhadores agregados sujeitos às formas de dominação pessoal e de exploração apoiados no endividamento e na coação. (MARTINS, 1986, p.179).

A diferença entre as dinâmicas de ocupação da fronteira é que, diferentemente da frente pioneira, a frente de expansão, embora, resulte da ação e dos interesses do capital, combinados com as concepções próprias do camponês e mesmo do índio integrado, ela não se constitui como precedência do econômico na constituição de seus modos de vida e da mentalidade de seus agentes. Pelo menos é o que afirma o autor quando escreve que:

A frente de expansão está mais próxima da economia mercantil simples do que da economia capitalista e, ao mesmo tempo, está mais próxima da mera economia de subsistência. O camponês produz aí seus próprios meios de vida, além dos excedentes comercializáveis. Ele não pode se inserir plenamente na divisão social do trabalho que rege o conjunto da economia. (MARTINS, 1986, p. 189).

Com estabelecimento da ditadura militar em 1964, a Amazônia transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial, massiva, violenta e rápida. A partir desse momento, o ritmo e a forma de ocupação da região pelo grande capital alteraram-se radicalmente. Com os

incentivos fiscais, o avanço da grande fazenda foi enormemente acelerado expulsando ao mesmo tempo índios e camponeses. A citação abaixo mostra que:

Quando não integrados ao mercado de trabalho os camponeses eram e são expulsos de suas terras e empurrados para fora da fronteira econômica ou para dentro, como assalariados sazonais. Se encontram terras livres mais adiante, continuam a tendência migratória, mesmo que para pontos mais distantes. É notável a circulação de informações sobre terras livres, ou presumivelmente livres, entre camponeses, centenas de quilômetros adiante. (MARTINS, 1986, p.175).

A expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central, nos anos quarenta; a construção da Rodovia Belém-Brasília, nos anos cinquenta; e, finalmente, as políticas de incentivos fiscais oriundas de projetos políticos da ditadura militar, a partir dos anos sessenta, constituíram-se como fundamentais para o impulso da entrada do grande capital nessas áreas. Embora o processo de ocupação do Mato Grosso tenha iniciado-se em meados do século XVII, é nesse período que sua ocupação começa a tomar maior relevância no cenário nacional.

A ocupação do Estado do Mato Grosso toma maior relevância nos anos 1940 durante o governo Vargas, pelo que ficou conhecido como a expedição Roncador-Xingu. No início dos anos 1960, os conflitos davam sinais do resultado da intensa apropriação de terras ligadas ao processo fundiário, intensificadas no período da ditadura militar. Contudo, o processo de ocupação do Estado se intensificou na década de 1970 (CUNHA, 2002, 2004).

Com base nos discursos de “integração” e “segurança nacional”, os primeiros governos militares, com sua política de modernização, tinham como uma das principais metas acelerar a ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. Com base no conhecido *slogan* “integrar para não entregar”, aplicou-se investimentos públicos em transporte e comunicação, além de uma ampla política de incentivos fiscais e a abertura de linhas de crédito, cujos maiores beneficiários foram os grandes fazendeiros e empresários no avanço para essas regiões.

A implantação de projetos de assentamentos, a abertura de eixos rodoviários e a modernização tecnológica da agricultura tiveram influência decisiva no grande crescimento populacional bem como na dinamização da economia do Mato Grosso. De acordo com Baeninger:

O início da construção da rede urbana do Centro-Oeste remonta à década de 30 com as políticas nacionais de colonização, integração e interiorização da economia e, ainda, com a implantação, posteriormente, dos principais núcleos urbanos (Goiânia/Brasília). Nos anos 60 e 70 se constituem as bases para a introdução das frentes modernas de ocupação que impactaram vigorosamente nas malhas urbanas (BAENINGER, 1999, p. 181).

Segundo Baeninger (1999), a BR-364 tornou-se a principal via de integração Sudeste/Centro e Oeste/Norte, importante para a consolidação, a partir dos anos 60, das cidades de Rondonópolis, Cuiabá e Cáceres; e a BR-163 propiciou o crescimento das cidades Sinop, Alta Floresta e Colíder. Nas áreas de influência da BR-163, tiveram destaque as colonizadoras: a Sociedade Imobiliária (Sinop) e a Integração Desenvolvimento e Colonização (INDECO), as quais deram origem às cidades Sinop e Alta Floresta, respectivamente.

As informações censitárias sobre a distribuição da população brasileira têm apresentado altos índices de urbanização nas últimas décadas que evidenciam concentração da população nas áreas urbanas em todo país. Jardim (1986) analisa o processo de urbanização em 249 municípios da Região Centro-Oeste que possuíam centros urbanos com mais de 2 mil habitantes na década de 70. Neste estudo, ele indica as mudanças ocorridas na região, como reflexo da distribuição espacial da população.

O autor evidencia as formas de crescimento da região ressaltando que a maior parte de sua população passa a residir em áreas urbanas. Houve aumento do número de municípios com até 20 mil habitantes. Com isto, há uma tendência crescente de concentração da população nos centros urbanos. Segundo Jardim (1986), “o ritmo de crescimento médio da população residente

no Centro-Oeste foi um dos mais intensos do país, sendo o da população urbana o maior registrado no país entre 1970-1980” (p. 106).

Cunha (2002, 2004) chama a atenção para a importância de se estudar a dinâmica demográfica desse Estado, sobretudo, em função da intensidade das transformações nos padrões produtivos e fundiários com grandes impactos na dinâmica migratória desencadeados no decorrer na década de 70. Suas observações acerca da distribuição da população do Mato grosso vão de encontro ao que aponta Jardim (entre outros autores) para o Centro-Oeste como um todo, embora, para o Mato Grosso, exista uma grande participação da migração com destino rural ainda nos anos recentes.

Cunha (2004) indica que a migração com destino rural para o total do Estado passou de 128 mil entre 1986 e 1991 para 51,8 mil entre 1995 e 2000. Em termos percentuais, a migração com destino rural diminuiu sua participação, que passou de 55% para 21% respectivamente nos anos acima referidos. Contudo, o autor ressalta que esses dados refletem os diferentes momentos e características do processo de ocupação no Estado e que esse tipo de movimento com destino rural até a década de 90 apresenta relevância significativa para muitas regiões. Para ele:

Muito embora quanto às suas características peculiares quanto a expansão da atividade agrária tenha experimentado em termos gerais, um processo de urbanização muito mais acentuado que outras áreas de fronteira como por exemplo os Estados do norte do país. Todavia algumas microrregiões mais ao norte do Mato Grosso, em particular Alta Floresta, Norte Araguaia, Colíder e Aripuanã. Assim em muitas dessas áreas como seria de se esperar parece existir também uma maior incidência de migrantes que se dirigem para as áreas rurais. (CUNHA, 2004, p. 61).

Com a intensificação desse processo de ocupação, percebe-se um acelerado “surgimento” de novos municípios, nas áreas de fronteira do Estado, que, como veremos, tendem a se concentrarem, em sua maioria, entre 10 e 20 mil e 20 a 50 mil habitantes.

O processo de incorporação de novas áreas fronteiriças às rodovias avançou, na década de 60, em direção ao oeste, em decorrência do povoamento da microrregião de Alto Guaporé-Jauru (SILVA, 1989). No fim da década de 70, a área que compõe as cinco microrregiões da porção sul do Estado, que cobre somente 29% do espaço, concentrava 90% de toda população estadual. Em 1980, já começava a ficar evidente o processo de fechamento da fronteira agrícola nas áreas da faixa sul, resultando numa redução no ritmo de crescimento do fluxo demográfico e na redistribuição espacial da população em direção ao norte e, posteriormente, noroeste (CUNHA, 2004).

Cunha afirma que, adicionalmente ao fechamento da fronteira agrícola na faixa sul do Estado, dois outros fatores contribuíram para a interiorização da população em direção ao norte. Primeiro, a ampliação da malha rodoviária e, segundo, a criação do Estado do Mato Grosso do Sul em 1979, resultando na concentração de recursos federais e estaduais para a implantação de infra-estrutura econômico e social nessas “novas” áreas em ocupação.

De acordo com Cunha, em 1980, o processo de ocupação do Mato Grosso pode

[...] grosso modo, ser dividido em duas porções: ao norte e, área de maior dinamismo demográfico nas duas últimas décadas, e ao sul uma área mais consolidada e com menores taxas de incremento demográfico. De fato, enquanto áreas no extremo norte como Alta Floresta, Colíder e Alto Teles Pires cresceram nos anos 80 a taxas elevadíssimas, o mesmo não se observa nas regiões mais ao sul, com exceção de Cuiabá e Rondonópolis, que ainda nos anos 90 apresentavam algum “fôlego”, crescendo a taxas superiores a 2% ao ano (CUNHA, 2002, p. 92).

Ainda na década de 1990, várias regiões do Estado tiveram crescimento reduzido, particularmente aquelas localizadas ao norte, sendo as regiões da parte ocidental as que apresentaram maior dinamismo demográfico.

A imigração interestadual para o Estado do Mato Grosso foi relativamente homogênea para suas microrregiões no período entre 1970 e 1990 (CUNHA, 2004). Contudo, no que se refere

às suas características de ocupação territorial e econômica, Cunha observa que, já nos anos 90, a distribuição fundiária apresenta caráter concentrado, situação em que o trabalho agrícola familiar perde cada vez mais espaço enquanto base para que a família agrícola se constitua enquanto pequena produtora.

Ele assinala a predominância de ocupações em bases modernas de investimentos agrícolas, tendo prioridade o plantio de culturas como a soja, algodão e milho. Ressalta também o desenvolvimento da pecuária que tem acompanhado esse processo, crescendo cada vez mais como principal característica produtiva do Estado.

As mudanças no processo produtivo e tecnológico e a progressiva concentração de terra para a lavoura são indicadas pelos estudos como principais formas de desestruturação da pequena propriedade. Elas atuam impulsionando as pessoas para os centros urbanos que, em geral, são dotados de nenhuma ou pouca estrutura para receber o contingente das áreas rurais. De acordo com Cunha (2002):

Nessas condições precárias não resta ao assentado senão buscar outras alternativas, como trabalhar na cidade, envolvendo em muitos casos, uma mudança definitiva para os centros urbanizados. Porém, isso não diminui a relevância dos assentamentos como uma possibilidade real de atenuar o processo de exclusão social das cidades. Hoje, a pluriatividade – renda agrícola e renda não-agrícola – é quase uma exigência para a fixação das famílias em suas propriedades. Políticas eficientes e articuladas para o enfrentamento da questão agrária são extremamente imprescindíveis para garantir a sobrevivência de parcelas significativas da sociedade, que pelo baixo nível de escolaridade e de renda não conseguem espaço no livre mercado. (p. 13).

Os estudos que abordam as formas de colonização de assentamentos e o surgimento das cidades, da agricultura mecanizada e sua expansão para as áreas de cerrados (sendo a soja a principal cultivo dessas áreas) – neste ponto faço referência apenas a Cunha (2004), Becker (2001), Oliveira (1997), Guimarães (1994) e Souza (1989) –, de um modo ou de outro, discorrem sobre as implicações sociais e econômicas da expansão da frente pioneira e sua sobreposição à

frente de expansão. Esses são processos fundamentais para que se consiga identificar o lugar do pequeno proprietário e das pessoas que residem nas áreas rurais. Todos esses estudos apontam para as formas contraditórias de como se estabeleceram esses processos, sobretudo, nas formas ocupação do norte do Mato Grosso, com o surgimento de cidades como Alta Floresta (JATENE, 1983), de Sinop (VIDIGAL, 1992; SOUZA, mimeo, s.d.) etc., onde a “frente pioneira” torna-se adiante da frente de expansão, cujas conseqüências se revelam nos “encontros” e “desencontros” dessas frentes de ocupação.

A colonização do norte de Mato Grosso se deu pelo surgimento de cidades planejadas com moldes urbanísticos modernos, prevendo-se o seu rápido crescimento. Em geral, os núcleos implantados pelas empresas colonizadoras priorizaram o estabelecimento de núcleos urbanos que pudessem servir como ponto de referência, na região, para a oferta de serviços, transporte e comunicação. (OLIVEIRA, 1997).

Para Oliveira (1997), a ocupação do norte do Mato Grosso ocorreu numa fase de monopolização do capital, em que o campo aparece a serviço dos interesses da cidade e que, ao contrário da história de São Paulo, os grandes projetos agropecuários vêm em primeiro lugar, realizados através de incentivos fiscais que reforçaram a concentração fundiária. As atuações do Estado no processo de ocupação da região, em conjunto com a iniciativa privada, foram decisivas pois, por um lado, o Estado lançou mão da iniciativa privada como uma “solução” para as áreas de conflitos sociais, e, por outro, utilizou-a para rentabilizar a terra, além de formar um contingente de mão de obra, sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas. As cidades dessas regiões, em geral, não se desenvolveram a partir de um núcleo de população antigo, não passaram por etapas longas de evolução e não guardam, portanto, as tradições de épocas mais

antigas do nosso passado histórico. Traz, contudo, pessoas de várias regiões do país, numa junção de vários tempos históricos distintos que se sobrepõem.

Com o intuito de atrair um contingente populacional, as “empresas colonizadoras” lançaram mão de falsas promessas, através de propagandas sobre o acesso a terras férteis e produtivas, transformando-se em verdadeiros coronéis locais. Contudo, os agricultores se depararam com terras necessitadas de técnicas e investimentos em insumos, impossíveis para a realidade dos assentados os quais se tornaram cada vez mais fragilizados diante das condições e relações que se estabelecem com as companhias, as quais constituíram-se em verdadeiros feudos do capital especulativo (BECKER, 2001), controlando e executando a venda dos lotes e a comercialização e do excedente da produção local.

Nessas áreas persistem problemas sociais agrários que ainda se fazem atuais, ainda que alguns desses problemas possam ser apresentados com uma “nova roupagem”. O fato de ter a propriedade da terra implica apenas numa parte de um problema maior, que são as condições estruturais que as pessoas assentadas dispõem para a reprodução da sua própria família, como fica indicado nas preocupações esboçadas em várias conversas com agricultores e representantes locais de órgãos públicos, durante a pesquisa de campo realizada no ano de 2000, pela equipe do Projeto “Dinâmica Migratória e o Processo de Ocupação do Centro-Oeste Brasileiro: o caso de Mato Grosso”, sob coordenação do prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha.

Esses relatos denotam a persistência de problemas que nos remetem aos dramas vivenciados historicamente pela população brasileira, “enraizados” no processo político de modernização do país a partir da década de 70. Nessas falas, são retratadas as formas de desenvolvimento do campo brasileiro, atreladas às formas políticas administrativas que nos

remetem ao período colonial, onde o poder do coronel local prepondera sobre qualquer processo de desenvolvimento da democracia.

Nessas áreas persistem problemas políticos sociais e econômicos, tais como a concentração de terra, o poder local e o mandonismo, estruturas urbanas e rurais precárias, falta de estradas e integração regional, a violência decorrente da luta pela terra, como bem atestam os estudos e várias das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo acima referida. Os agricultores, em muitos casos, estão entre 50 a 250 quilômetros de uma cidade que possua uma única agência bancária, sem contar as dificuldades quanto à existência de infraestrutura básica como hospital, posto de saúde, escolas etc.

Os relatos de agricultores, durante a pesquisa de campo, denotam também a vigência de problemas políticos e administrativos entre os intermediadores das formas de assentamentos e aplicação da infraestrutura como apoio técnico, financiamentos bancários, distribuição e destino dos lotes, que implicam na falta de acesso democrático às formas de gestão pela população local. Chamam a atenção também em algumas falas sobre as formas de assentamentos, e como se dão algumas estratégias dos trabalhadores na busca pela sobrevivência. Uma dessas estratégias é a ocupação da área para posterior negociação com os órgãos públicos responsáveis pela administração das formas dos assentamentos, que no caso do Mato Grosso, são o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto da Terra do Estado do Mato Grosso (INTERMAT). Com relação ao INCRA, por exemplo, são retratadas situações de enfrentamento por parte dos trabalhadores devido à morosidade deste em cumprir os prazos negociados com os assentados e por enfrentar situações problemáticas, como o desvio de recursos, dentre outras coisas.

As formas de administração e organização dos assentamentos, retratadas nas falas, evidenciam o modo e o grau de dificuldades que homens e mulheres enfrentam para a constituição de sua reprodução e de sua família em algumas regiões nas áreas rurais do Estado. Expressam também suas dificuldades nas relações com os intermediadores do processo político e administrativo dos recursos destinados aos projetos de assentamentos. Como pode ser evidenciado pelo seguinte depoimento:

Olha, tem um assentamento do lado de cá que tem café, pimenta-do-reino. Mas são pessoas que o seguinte: eles eram meeiros e saiu esse loteamento e eles foram e pegaram o do INCRA. Que não é bem assim...não foi o INCRA que veio fazer o loteamento. Foi um proprietário lá que começou a fazer e passou pro INCRA. Então ele vendeu uma área pro INCRA. A turma invadiu, ele estruturou, dividiu os lotes tudo direitinho. (Sr. Domingos, agricultor de Nova Bandeirante, 2000).

Essas falas refletem também a forma “autoritária” nas relações que se estabelecem entre os assentados e os funcionários do Estado no que concerne ao esclarecimento sobre o uso, destino das verbas, entre outras coisas, e cuja única possibilidade de solução é a negociação e, por vezes, o enfrentamento por parte dos assentados que, por sua vez, também têm dificuldades quanto às formas de auto-organização que possam fortalecer seus mecanismos de luta; muitas das vezes, o próprio INCRA se encarrega da questão da organização, criando associações de assentados e administrando-as sem a participação dos reais interessados. No depoimento, o entrevistado afirma o seguinte:

Aqui era a sede da fazenda. O contrato dessa casa era pra poder fazer 4 peça, banheiro, uma caixa d'água coberta de telha, 4 mil tijolo, 25 saco de cimento e não foi feito isso. Aqui tem casa que foi construído com 8 sacas de cimento. As primeiras casa que teve foi com 6 sacas. Só que tem muitas vezes que o pobre sofre muito, até porque ele não acredita em outro pobre. Ele é muito desinformado. Ele não se organiza. Quando começou a fazer as primeira casa, não tinha nenhuma associação aqui. Existia uma associação fantasma que era do Inca e do próprio Inca que administrava o dinheiro de tudo o pessoal. Aí, eu falei pro pessoal assim, eu nem tinha sido assentado ainda: “eu acho que está na hora de vocês se unirem, porque uma casa construída com 6 sacas de cimento não tem segurança nenhuma.” Aí unimos essa comunidade aqui e o

Novo Milênio. Unimos com o pessoal, pararam, chamamos o Nogueira: “Nogueira, não vai mais construir casa aqui não!” “Não vai construir por quê?” “Vai construir, sim.” “Não, não vai construir não!” Aí, veio o dono da empresa: “Eu vou colocar 8 sacas de cimento”. (Sr. Francisco, assentamento de Colíder, 2000)

Outro relato bastante significativo, do ponto de vista das relações estruturais vigentes nessas áreas, diz respeito à grilagem e à corrupção presentes na busca de novas áreas na fronteira, como retratado pela história de um agricultor familiar. Neste relato, o entrevistado diz:

Aí eu fui lá e comprei 300 alqueires sem documento algum, cego, sem informação nenhuma. Cheguei, joguei meu dinheirinho lá dentro, me estabeleci com a família.... Então investi um dinheiro, além da compra da área meia cara, fiz 15 km de estrada por minha conta, desmatei lá uns 10, 12 alqueires no primeiro ano, fizemos plantio... sem pensar em buscar documento em cima disso. Quando nós começamos a colher a primeira colheita, deu malária em 2 filho meus ficou o genro lá, que nós tinha alugado uma casa. Quando eu retornei lá tinham invadido, me tomaram tudo, tudo, aí eu fique sem nada. Grilaram. Nós nos reunimos para retomar, mas como não tinha documento algum não tinha força. Aí fomos lá para querer na marra, nós vimos que nós ia morrer, eu digo “não”, largar isso para lá. Viemos para Sinop sobre aqueles 5 alqueires ali, onde eu tinha família, só que daí nós levantamos as mangas. Partimos para esses matos afora, graças a Deus hoje os filho está tudo colocado, para garantir o fim da vida. Mas o que nós passamos não foi fácil não. Então não me arrependo pela luta que a gente fez e chegou a vencer, agora se nós não desse essa volta seria uma volta fracassada, de pedir socorro. (Sr. Avelino, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Sinop, 2000)

Assim, não podemos deixar de mencionar características que permeiam a vida das pessoas residentes nas áreas de fronteira: a valorização da terra como reserva de valor (haja vista a agricultura tecnificada nas regiões de cerrado), o fechamento da fronteira para a pequena propriedade, desarticulação da agricultura familiar e a invasão de territórios indígenas, além das estruturas rurais e urbanas precárias, o arbítrio, a violência, a impunidade etc. Questões resultantes de uma política de modernização excludente, em que impõe ao trabalhador rural e o pequeno agricultor as mesmas condições feitas às grandes empresas interessadas em explorar essas áreas. O resultado dessa política é um rural pouco desenvolvido e uma população que foi

cada vez mais empobrecida e reduzida. Quadro que tem sido alvo de várias abordagens de estudos nesses últimos anos por um rural econômico e socialmente desenvolvido.

2. ALÉM DAS FRONTEIRAS ENTRE O RURAL E O URBANO.

As transformações ocorridas no campo brasileiro, nos últimos anos, têm sido alvo do interesse de vários pesquisadores, os quais resgatam as formulações teóricas relativas às áreas rurais, sobretudo no que diz respeito às suas relações econômicas com o meio urbano. Esse debate foi reacendido no Brasil, a partir de 1990, quando alguns pesquisadores chamam a atenção para as profundas mudanças que ocorrem nas áreas rurais no âmbito das relações sociais, culturais e de produção econômica que alteram o modo de vida da família do campo, não apenas para aquelas famílias cuja base de sustento econômico é agricultura, com base na produção familiar, mas para outros segmentos da força de trabalho não diretamente relacionados a agricultura.

Para Silva (1997), essas transformações apontam para uma nova sociedade em gestação, a emergência de um novo paradigma - pós-industrial ou pós-fordista - assentado nestas novas tecnologias, isto é, sobretudo a informática e a microeletrônica que alteram, não apenas as formas de organização do trabalho, mas reduzem a escala mínima necessária da atividade econômica e redefinem os requisitos fundamentais de sua localização espacial. As atividades não-agrícolas, com importante crescimento no meio rural, estão relacionadas principalmente com a proliferação das indústrias e das agroindústrias nesse meio. (p. 186).

Para se compreender a questão do que é o mundo rural hoje, faz-se necessário um esforço analítico que permita alcançar as diversas realidades desse segmento no país, buscando as raízes históricas nos últimos trinta anos de mudanças tecnológicas que engendraram esse processo de transformação no padrão produtivo.

A partir da década de 1970, algumas regiões do país sofreram mudanças significativas no processo produtivo, além disso, o contexto rural foi influenciado também pelas

transformações políticas ocorridas no país através de resistências e mobilizações populares pelo fim da ditadura militar e a transição para a democracia no país. Além das reformulações no setor econômico, a sociedade está mais participativa politicamente, e a população do campo também se insere neste processo de politização e democratização do país.

Embora haja muitas divergências nas concepções teóricas nos estudos a respeito do meio rural, é consenso hoje que, no Brasil, não se pode mais considerar o meio rural apenas como área de produção agropecuária, salientando-se aquilo que há de novo no meio rural brasileiro afirmando-se que não é mais possível caracterizar o meio rural como essencialmente agrícola. Nessas áreas coexistem atividades que, em maior ou menor escala, alcançam todos os setores da economia.

Para Silva (1997) O “novo rural” tem como marca fundamental o caráter da pluriatividade, isto significa dizer que existem combinações de atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas por significativa parcela das famílias que moram em áreas rurais. O campo brasileiro assume cada vez mais novas funções além de suas funções agrícolas, ou seja, representa também local de residência, turismo, lazer e serviços, bem como de emprego para pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas.

Esse “novo” que habita o mundo rural é entendido por este autor como um processo duplo: de um lado a urbanização do meio rural como resultado do processo de industrialização da agricultura, do outro, o transbordamento do mundo urbano para o espaço tradicionalmente definido como rural. As principais atividades não-agrícolas, com importância crescente no meio rural, são, primeiramente, aquelas relacionadas com a proliferação de indústrias, em particular das agroindústrias no meio rural e, em segundo lugar, aquelas relacionadas à crescente

“urbanização” do meio rural como moradia, turismo, artesanato, entre outros, e a preservação do meio ambiente.

A afirmação de que o mundo rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano é motivo das mais variadas interpretações, desde aquelas que vêem nessa relação o predomínio do meio urbano sobre o rural, sendo que este tende a desaparecer, àquelas que “põem em cheque” a visão do urbano e do rural tida como pares opostos ou mesmo como um contínuo, afirmando que essas relações se complementam, transformando o modo de vida do meio rural, atribuindo-lhe novas significações, num processo de reorientação de seus modos de vida, que embora não exclua inserção de características do modo de vida urbano, o mundo rural não tende a se confundir com ele.

Tal processo não resulta, portanto, numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um *continuum* com predomínio da cena urbana, como já foi formulado a respeito da realidade européia e para a realidade brasileira, além disso é importante ressaltar que o meio rural não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão, pois, de acordo com Carneiro (1998) e Wanderley (2000),

se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida urbana) urbano industrial, seus efeitos sobre a população local e maneira como ela reage a tais injunções, não são, de modo algum uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. Nesse sentido não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos. (CARNEIRO, 1998, p. 53).

De acordo com Carneiro (1998), as afirmações sobre o predomínio da cidade sobre o campo eram mais consensuais nas décadas de 1960 e 1970, quando as formas de desenvolvimento capitalista no país apontavam para esse caminho. Nos últimos anos, para se avaliar as verdadeiras mudanças pelas quais o processo de produção agrícola e, portanto, do

agricultor familiar, estaria passando ao longo do tempo, é necessário o rompimento com a referência urbano industrial (CARNEIRO, 1998). É preciso, portanto, romper com o paradigma que equivale a cultura camponesa ao tradicional, passivo e oposto à mudança.

Tavares (1984), em estudo sobre a produção de vinho na região de colonização italiana do Rio Grande de Sul, dá a entender que o processo de produção camponesa, ainda que submetido ao capital, se traduz como um modo de produção não especificamente capitalista. Nessas relações de trabalho, não há o predomínio da racionalidade econômica típica do modo de produção capitalista que, simplificada, se traduz pela separação entre a força de trabalho e os objetos e meios de trabalho, cuja racionalidade tem por fim a geração de lucros. Já a produção camponesa se efetiva de modo diferenciado do processo de produção capitalista, a começar pela sua relação com a terra, cuja apropriação se constitui através do valor de troca. O autor argumenta que o camponês detém a propriedade sobre os meios de produção; em sua unidade produtiva, combinam-se a produção dos meios de vida e a produção de mercadoria e, por último, enquanto proprietário das condições de trabalho, o camponês não se inclui como parte direta das condições objetivas de produção, ao contrário se antecipa a ela. Para o autor:

Todavia, se o camponês não tem mais uma relação “natural” com o principal meio de trabalho e não está incluído entre as condições objetivas de produção, nem por isso é um trabalhador expropriado; ao contrário, detém tanto a propriedade privada da terra quanto a dos instrumentos de seu trabalho e a posse dos meios de vida necessários à sua manutenção (TAVARES, 1984, p. 22).

Nesses termos, entendemos que essa formulação a respeito do trabalho camponês tem como contrapartida a idéia segundo a qual, embora inserido no processo de produção capitalista, sujeito aos efeitos da sociedade globalizada, as transformações no trabalho agrícola familiar não se traduzem como ruptura do modo de vida camponês. Pelo contrário, ela se integra como categoria dinâmica que permite afirmar que, nesse encontro de histórias e “temporalidades

distintas”², o modo de vida no meio rural não só se adapta, abandonando antigos valores e padrões sociais, como também reforça e reafirma outros preexistentes. Assim, entendemos que, no Brasil, mesmo do ponto de vista das relações de trabalho, permanecem características distintas no processo de trabalho familiar nas áreas rurais, que o inscreve na categoria “camponês” como explicativo dos processos sociais vigentes, sobretudo nas áreas de fronteira agrícola. Para Tavares (1984), “os homens personificam os processos sociais ao realizarem historicamente o movimento inserido na própria dinâmica daqueles processos” (p. 01)³.

Na argumentação de Carneiro (1998), a distinção entre as categorias “camponês”, vista como “modo de vida” correspondente a uma sociedade não capitalista, e “agricultor familiar”, formulado com ênfase na relação com o mercado capitalista, acaba por reduzir a compreensão social desses agricultores. Para compreender a complexidade desse processo de “decomposição” e “recomposição” de um sistema social, o foco da análise deve ser os agentes sociais, e não circunscrever as análises baseadas somente em atividades econômicas, ou até mesmo em hábitos culturais. De acordo com a autora, cada espaço contém em si contradições e conflitos resultantes das relações entre sistemas de valores e interesses distintos, ainda que sejam de origem urbana ou rural. Em estudo comparativo entre duas realidades distintas, uma aldeia localizada nos Alpes franceses e duas comunidades rurais no município de Nova Friburgo no Rio de Janeiro, ambas em momentos de expansão das atividades relacionadas ao turismo, a autora sustenta que

As transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das

² Aproprio-me das terminologias de José de Souza Martins (1997), quando fala a respeito das relações ocupacionais das áreas de fronteira agrícola nas áreas amazônicas, explicitando os conflitos e contradições de um processo de ocupação vivenciado por “duas frentes”, a frente expansão e a frente pioneira.

³ No Livro, “A Sociedade Vista do Abismo”, Martins (2002), Com base em sua longa experiência, no convívio com camponeses, sobretudo nas áreas da Amazônia Legal, mas também com base em suas experiência de campo em outras regiões do país, faz importantes distinções entre duas categorias abrangentes, a propósito de suas indagações a respeito do trabalho militante, que por não compreender as especificidades das categorias sociais, tende a olhar o camponês do ponto de vista do conceito de classe social.

trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais...) não resultam necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural como os adeptos da abordagem adaptacionista interpretavam. Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto da vida social. (CARNEIRO, 1998, p. 58).

Para a autora, o processo de modernização, que leva ao desaparecimento cada vez maior da fronteira entre o urbano e o rural, não implica, no entanto, no desaparecimento da “cultura camponesa” ou “racionalidade camponesa”. A noção de ruralidade, portanto, não é mais definida na sua oposição à urbanidade, mas na consideração sobre as múltiplas características das práticas sociais decorrentes do encontro com universos históricos, sociais e culturais distintos.

Para Carneiro (1998), tendo como contrapartida seu processo de integração com a economia e a sociedade industrial, a ruralidade se expressa de diferentes maneiras, como um conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão de mundo, que orienta práticas sociais diferenciadas em universos culturais heterogêneos. Ela assinala que:

Finalmente, arriscaria sugerir a possibilidade de que “culturas camponesas” possam se manter, modificadas é claro, e mesmo reforçadas no processo de modernização que de maneira alguma segue um caminho único e homogeneizador. Nesses termos assumo como hipótese de trabalho, inspirada em Giovanni Lévi (1989) e em Pongratz (1990) que a “racionalidade camponesa” pode persistir no contexto de predominância da sociedade urbano-industrial desde que ela não seja percebida como um modelo cristalizado, uniforme e a-histórico, no sentido de uma cultura específica e universal, mas no sentido de uma visão de mundo pautada em relações sociais específicas e que se expressa ativamente de forma a transformar e a recriar o seu mundo social e natural (p. 73).

No Brasil, as funções político-administrativas são privilégios da cidade que, de acordo com a legislação brasileira, corresponde à sede do município, independente do seu tamanho e de suas funções. A delimitação geográfica entre as áreas urbanas e rurais foi estabelecida pelo Decreto nº 311 de 12 de Março de 1939, sob responsabilidade de cada prefeitura, a quem cabe o

desígnio de fornecer o mapeamento dessa divisão territorial entre o que é urbano e rural dentro do município. De acordo com Wanderley (2001), a cidade,

com suas funções centralizadoras, seria depositária do poder público e distribuidora dos serviços públicos e privados destinados a todos o municípes, rurais e urbanos. Inversamente, no espaço rural no interior da sociedade brasileira o povoamento é mais rarefeito e disperso em relação ao centro municipal. Existem neles apenas pequenas aglomerações, que não estão inscritas na estrutura político administrativa do país, nem absorvem os serviços essenciais (p. 7).

De acordo com Veiga (2001), até 1938, o Brasil não teve dispositivo legal que estabelece o critério de diferenciação entre cidade e vila. Era costume que rústicas sedes de freguesia fossem elevadas à condição de vila ou mesmo diretamente à condição de cidade. Neste estudo o autor chama a atenção para as interpretações que se possam ter a respeito de indicadores como “grau de urbanização” que, no caso do Brasil, não expressam a realidade em função do reduzido tamanho populacional da grande maioria dos municípios brasileiros.

Conforme esse autor, são inúmeros os casos de municípios com baixíssimo volume populacional, e cujo grau de urbanização é muito alto, levando a imaginar que o Brasil é um país em franco processo de urbanização. O autor propõe critérios, para definir se uma área é urbana ou não, como a densidade demográfica, tamanho populacional e funcionalidade dos centros urbanos. No Brasil, Veiga (2001), entre outros autores, sugere que seja inviável considerar um município com menos de 20 mil habitantes integrado ao sistema de cidades.

A maioria dos pesquisadores da moderna vida urbana no Brasil adota pressuposto semelhante, porém sobre a base de novos limites. George Martine estabelece o patamar da população total não inferior a 20.000 habitantes (MARTINE; GARCIA, 1987). Vilmar Faria propõe uma definição ainda mais “restrita” de população urbana, correspondendo às “pessoas vivendo na sede urbana dos municípios” ao mesmo tempo que considera cidades “as sedes municipais com mais de 20.000 habitantes” (FARIA, 1984, p. 124). Assim, as pequenas cidades, com até 20.000 habitantes não integram propriamente a rede urbana, são consideradas como “não-urbanas” (WANDERLEY, 1999, p. 18).

De acordo com Jardim (1986), o processo de urbanização da região Centro-Oeste ocorre

através de dois processos indicando, por um lado, a concentração da população nos grandes centros urbanos e, por outro, a criação de novas áreas urbanas com características “rurbanas”, isto é, apesar da situação de domicílio urbana, as atividades econômicas estão concentradas no trabalho agrícola. Com essas características, o autor aponta os municípios com até 10 mil habitantes. De acordo com Baeninger (2000), a região Centro-Oeste, embora haja reduzido seu volume migratório nas últimas décadas (a partir de 1990), ainda nos primeiros anos da década de 90, apresenta as maiores taxas de crescimento do país, verificando-se nessas áreas a expressiva transferência da população das áreas rurais para as áreas urbanas, chamando a atenção para a importância dos centros polarizadores na abrangência de novas áreas urbanizadas. A autora indica também, nesse processo, a recuperação demográfica dos municípios pequenos na região.

O Estado do Mato Grosso, em 1980, possuía 55 municípios, em 1995, 95 e em 2000, 126. Em 2000, a população total do Estado foi em torno de 2.467.572 milhões de habitantes. Nesse ano, a maioria dos municípios se concentrou em torno de 10 e 20 mil habitantes (nessa categoria são 40 municípios, onde se concentram 22,52% da população). Em segundo lugar, temos os municípios entre 5 e 10 mil, com um total de 34 que correspondem 9,8% do total da população do Estado.

De acordo com os dados da Tabela 1, no ano de 1980, a maioria dos municípios tinha população em torno de 10 e 20 mil habitantes. Nessa categoria, em 1980, estão 25 municípios, onde concentravam 29,51% da população estadual. Em 1991, o número de municípios, na categoria “entre 10 e 20 mil habitantes”, passa para 31; enquanto o percentual da população diminuiu em relação a 1980, 20,77% do total do Estado.

Tabela 1
Número de municípios por tamanho da população.

Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.

Tamanho da população	Número de municípios (Unidade)			Percentual da população Sobre o total do Estado.		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Até 2.000	1	1	2	0,12	0,07	0,13
De 2.001 a 5.000	4	9	28	1,34	1,64	4,06
De 5.001 a 10.000	11	32	34	7,63	11,76	9,80
De 10.001 a 20.000	25	31	40	29,51	20,77	22,52
De 20.001 a 50.000	10	17	15	23,62	24,56	18,73
De 50.001 a 100.000	3	2	4	19,02	7,13	10,85
Mais de 100.000	1	3	3	18,76	34,07	33,90
Total	55	95	126	100	100	100,00

Fonte: FIBGE: Censos Demográficos. 1980, 1991, 2000

Em 1991, a maioria dos municípios se concentrou em torno de 5 e 10 mil e 10 e 20 mil habitantes, representando 11,75% da população em 32 municípios e 20,77% da população em 31 municípios. Em 1980, nessa categoria (5 e 10 mil habitantes) somava-se um total de apenas 11 municípios. Esses diferenciais refletem o intenso processo de criação de novos municípios nesses anos, resultado do desmembramento de outras áreas municipais, decorrentes dos processos expansão demográfica características do Estado (incluindo aí o intenso processo migratório de outras regiões para o Estado), e dos interesses políticos relacionados ao poder local, como indicam os estudos sobre as formas de ocupação do Estado, a exemplo das formas de colonização privadas que propiciaram o surgimento das cidades nas áreas de fronteira agrícola, como resultado da política de modernização estabelecida entre 1964 e 1968 (GUMARÃES, 1988), cujo principal instrumento foi o crédito rural, sem esquecer, obviamente, as políticas de investimento público em comunicação, transporte e armazenagem, sob a égide da concentração fundiária e a exclusão do pequeno produtor.

Esse processo não atingiu apenas o agricultor sem capital, mas também aqueles com pouco capital que não foram incorporados ao progresso técnico. Podemos afirmar que as colonizadoras cumpriram papel de formação de núcleos urbanos, seguindo a tendência de

concentração nos grandes centros (GUIMARÃES, 1988). Para a maioria dos trabalhadores, sem capital, resta a busca de novas áreas fronteiriças ou as áreas urbanas.

Em 2000, o número de municípios no Estado, com tamanho populacional entre 5 e 10 mil habitantes, passa para 34, compreendendo 9,80% da população. Nesse ano, 33,90% da população concentrou-se nos municípios com mais de 100 mil habitantes que formam um total de 3 municípios no Estado. Os municípios com mais de 100 mil habitantes em 1980 representavam 19,02% da população em 1980, concentrada em apenas um município.

Wanderley (2001), em estudo sobre os municípios brasileiros, chama a atenção para duas constatações. Segundo a autora, a maioria da população rural do país vive nas zonas rurais dos pequenos municípios e indica que, em algumas regiões, a população rural é majoritária nos municípios com até 20 mil habitantes. Todavia, assim como Veiga, a autora afirma que as pequenas cidades consideradas urbanas pelo IBGE, conhecem uma experiência urbana que é, freqüentemente, frágil e precária.

De acordo com Carneiro (1998), a fragilidade do campo é percebida nos estudos especializados como conseqüência da distribuição desigual no espaço da riqueza de uma sociedade; portanto, a precariedade das áreas rurais é fruto das próprias características da história rural de cada sociedade.

Na discussão sobre o rural brasileiro, embora alguns autores reconheçam a primazia do setor primário nas áreas rurais, apontam para impossibilidade da agricultura familiar se manter na sociedade capitalista a não ser através do incentivo a outras formas de ocupação não-agrícola, sobretudo pelo incentivo a pluriatividade e a diversificação das atividades econômicas. No entanto, como indicado pelos estudos, dos quais, no decorrer deste trabalho citamos alguns, as

atividades não-agrícolas no meio rural estão sob o predomínio de atividades de baixa remuneração e qualificação profissional.

Silva (1997, 1999) sugere que um problema, a ser enfrentado para o desenvolvimento das áreas rurais, deve passar por políticas de incentivos para a criação de empregos não-agrícolas e de maiores salários no meio rural, como forma de incentivo a produção agrícola familiar. Uma questão importante dessa abordagem é a idéia de desenvolvimento local, uma vez que nessa discussão considera-se o espaço rural visto não apenas como o lugar da produção agrícola, mas o lugar onde se configuram outras características de uma “nova” dimensão territorial. Nesse sentido o conceito de território, como recurso metodológico, abarca essas novas dimensões proporcionando uma melhor categorização desses espaços e de suas reais necessidades para intervenção de políticas públicas mais abrangentes do meio rural. O território não é somente geográfico, mas ele é também histórico e social, (ABRAMOVAY, 1998; CARNEIRO; 1998 e WANDERLEY, 2000). De acordo com Abramovay (1998), “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no desenvolvimento econômico brasileiro” (p. 7).

Weid (2001) chama a atenção para a necessidade de se caracterizar historicamente a constituição da agricultura familiar no Brasil. Segundo o autor, este segmento foi produzido pelo emprego de sistemas produtivos tradicionais cuja produtividade por cultura sempre foi baixa. O autor aponta algumas situações que contribuem para o insucesso da agricultura familiar, como o direito de herança familiar, que se constitui num dos fatores de fragmentação das áreas produtivas, além do desgaste dos solos pelo sistema tradicional de cultivo. Faz referência também a outro conjunto de elementos que faz da agricultura familiar um empreendimento econômico de baixo rendimento e que mantém uma grande parcela de rurais em condições de

vida precária: o difícil acesso a terra, má qualidade dos solos, arriscadas condições climáticas, ausência de direitos sociais mínimos, ausência de infraestrutura produtiva, dificuldade de acesso aos mercados, tecnologia inapropriada, concorrência desigual com grandes produtores ou importações.

Contudo, é fundamental averiguar que essas condições são resultado do predomínio dos interesses do latifúndio e das grandes empresas rurais. Pode-se dizer que a reforma agrária, no Brasil, vem sendo feita na linha de menor resistência ao latifúndio, garantindo a sua reprodução, a exemplo do processo de ocupação do Mato Grosso. De fato, os assentamentos estão instalados em geral, em regiões pouco favoráveis ao desempenho da produção familiar e em áreas que predominam ecossistemas frágeis, terras inférteis, onde a prática intensiva da agricultura, contribui para o rápido esgotamento dos recursos, além de provocarem fortes impactos ao ambiente.

Portanto, a política de reforma agrária, além de ser lenta, assenta famílias frequentemente em lotes de tamanho insuficientes e em terras de má qualidade. Weid (2001) assinala que a reforma agrária muitas vezes adquire mais caráter de colonização do que propriamente de reforma, com o deslocamento dos agricultores de seus locais de origem para outros lugares onde as condições ambientais e de solos são muito distintas, exigindo aprendizado de novos conhecimentos adaptados às novas condições. Esse aprendizado se faz nas condições mais adversas, com base na tentativa e erro, o que leva muitos agricultores a desistirem de seus novos empreendimentos por falta de recursos para a adaptação de suas atividades a essas novas condições. Jatene (1983), em estudo sobre a colonização particular dirigida na Amazônia, mostra as formas pelas quais se viabilizam a expansão do capital na região e suas conseqüências para o pequeno produtor, cujo maior capital é a garantia da fertilidade natural do solo, tendo como

contrapartida o estudo de caso a constituição do município de Alta Floresta. A origem desse município se deu por intermédio da INDECO em 1973, com o objetivo de receber os primeiros migrantes, em 1976, vindos, sobretudo do Estado do Paraná, atraídos pela expectativa de ser uma terra propícia ao plantio do café, cultura já desenvolvida por essa população em seus locais de origem (idéia divulgada através de propaganda e incentivos financeiros pela empresa colonizadora). Contudo, o que esses agricultores encontraram foram condições inóspitas para o plantio dessa cultura. Assim, o agricultor, limitado pelas características qualitativas da terra, pelo emaranhado protocolar do crédito, pelas próprias condições de isolamento em que se encontram as áreas colonizadas, enfim, por um complexo de relações que não compreendem toda a sua extensão, não encontra alternativas para melhorar a sua produtividade e assegurar melhor preço para a agricultura.

Weid (2001) atenta para a agroecologia como alternativa para a sustentabilidade da agricultura, mesmo nas condições de solos menos propícios à produção. A agroecologia permite produzir mais barato, em maior quantidade e com maior diversidade de produtos, tanto para o mercado quanto para o consumo familiar.

Para tanto, são necessárias políticas de crédito e beneficiamento da produção facilitando o acesso à comercialização, que em muitos casos fica a cargo dos atravessadores, os quais compram as mercadorias a preços abaixo do custo de produção. O investimento na agroecologia exige também esforços políticos no sentido de disponibilizar créditos em capacitação em gestão e organização de produtores. Com os dados da pesquisa de campo, obtidos através de entrevistas, vemos que, proposta como essa que visa o desenvolvimento agrícola para a pequena propriedade, com base um processo de aprendizado do agricultor em

gestão, organização da produção, também faz parte das preocupações da população local, como pode ser observado no trecho abaixo:

[...] mas não adianta nada a terra ser boa, se não tem uma pessoa lá dentro, que nem o INCRA, que deveria pôr uns técnicos pra nequinho ensinar a pessoa... É a mesma coisa que eu pegar você, levar na propriedade e falar assim: ó, você vai tomar conta dessa lavoura... Eu sei que você vai atrás de informações, de tudo. Mas o assentado, é o seguinte: ele não consegue... Você fica no mundo parado, porque muitas vezes eles facilitam com cesta básica e tudo, então o cara se acomoda. Então se o INCRA não mudar o sistema dele, de colocar um cara por todo assentamento, e fazer mostrar a estrutura para o colono, para ele fazer, e mostrar cálculo para ele ter as rendas mensal ou anual, não vai funcionar nunca. (Sr. Domingos, pequeno proprietário de Novo Bandeirantes, 2000).

Somente com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no início dos anos 90, é que surge a preocupação política de investimentos exclusivamente voltados para a agricultura familiar, só então o termo “agricultura familiar” foi incorporado aos planos de políticas públicas como projeto específico (ABREU, 2000). Dentre as várias observações feitas a esse programa, está o reconhecimento de que o PRONAF abre um leque de discussões e ações que acentuam a relevância do desenvolvimento das áreas rurais, verificando com isto, em função de novas configurações dessas áreas, a urgência de políticas públicas que invistam em outros setores no meio rural, e não apenas no agrícola, de forma que abranja a real necessidade da população local rumo ao bem-estar-social. Uma das principais críticas ao PRONAF é quanto à seleção do seu público alvo (CARNEIRO, 2000; FLORES, 2000; ABREU, 2000, SILVA, 1999; 2000), que fica restrita a um grupo que pode oferecer garantias de investimento aos bancos. Desse modo, uma grande parcela dos agricultores, cerca de 2.330.000 unidades de exploração agrícola (ABREU, 2000) ficam fora do PRONAF.

Uma das principais questões portanto, é que nos programas de desenvolvimento rural sejam incorporadas formas de incentivos aos grupos que tradicionalmente ficaram fora do processo de modernização, às novas atividades e ao novo papel social que se configuram nas

áreas rurais. Um outro ponto abordado é que as políticas de reforma agrária sejam incorporadas às políticas de desenvolvimento local, cujos investimentos devem levar em conta as unidades de produção agrícola e agrária, os setores de saúde, educação, previdência, habitação, instalação elétrica, saneamento, entre outros.

Para isso são necessários estratégias de gestão social que fortaleçam os grupos locais, para que estes possam ser “proprietários” de um saber técnico de produção, bem como de um saber político administrativo, podendo assim contribuir no combate e fiscalização das estruturas políticas locais, cujas concepções conduzem a ações que, em geral, deixam de fora os verdadeiros agentes do desenvolvimento rural, aquelas pessoas e locais a quem e onde realmente devem ser direcionados os investimentos, por serem os grupos necessitados de inserção econômica, e incentivos na construção e reelaboração de seus modos de vida. Por último, arriscaríamos dizer que as tradicionais estruturas de poder existentes nessas áreas, onde o público e privado se confundem, configuram-se, em nosso modo de ver, como o principal entrave ao desenvolvimento econômico e social dos agricultores e da população rural de um modo geral. Os investimentos nessas áreas, sobretudo, nos pequenos municípios, decorrem, em geral, dos benefícios que elas podem patrocinar aos “donos” do poder político local que, em geral, oscila nas mãos de duas ou três famílias que disputam o poder político entre si. Para que as pessoas historicamente excluídas social e economicamente possam intervir e ter controle social das políticas públicas de interesse da localidade, seriam necessários investimentos em educação; formação em gestão e administração de negócios, bem como formação política, que possam inscrever ao mundo da população rural, os seus direitos à cidadania.

3. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL DE MATO GROSSO.

3.1. Crescimento populacional e grau de urbanização: diferenciais entre as microrregiões e respectivas áreas urbana e rural.

Com os dados sobre características do domicílio (urbano/rural), propomos elaborar uma análise sobre a evolução do grau de urbanização estadual, o crescimento da população rural e a importância de cada microrregião considerada relativa à participação da população rural na população total estadual e por situação de domicílio. Será observada também a composição da população por idade e sexo nos três momentos do levantamento dos Censos Demográficos.

A população residente no Estado do Mato Grosso passou de 1.132.230 pessoas, em 1980, para quase dobrar sua população no decorrer de uma década apresentando um total de 2.027.231, de acordo com os dados de 1991, havendo um leve aumento para 2000. Seu grau de urbanização passou de 57,7%, em 1980, para 73,26% e 79,38%, em 1991 e 2000, respectivamente.

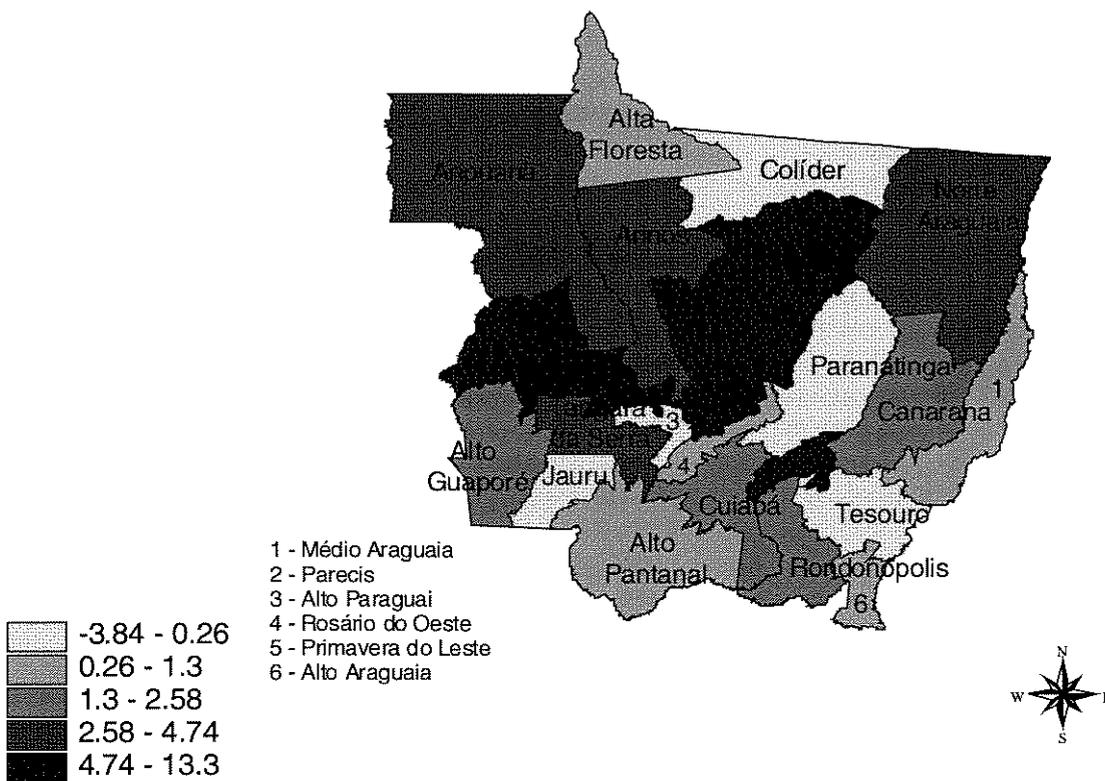
O mapa 1 indica a localização das microrregiões dentro do Estado e seus diferenciais no crescimento demográfico no período entre 1991 e 2000. Verifica-se, como já demonstrado por Cunha (2004) e Silva (1989), entre outros autores, a redução do crescimento na parte sul do Estado em contraste com a parte norte, onde nesse período mantinha-se um grande dinamismo demográfico, com altas taxas de crescimento.

É o caso de Alta Floresta, Colíder e Alto Teles Pires que tiveram altas taxas de crescimento nos anos 80, enquanto as regiões mais ao sul tiveram, em geral, baixas taxas de crescimento. Para os anos 90, as perspectivas mudam, com a queda no ímpeto do dinamismo demográfico ao norte, com destaque apenas para Sinop, importante pólo madeireiro e urbano na região. Cunha (2004) chama a atenção para três situações diferentes que podem caracterizar a

dinâmica demográfica desse Estado, com ênfase para os processos produtivos que se desenvolvem em determinados períodos e regiões: a primeira situação se refere ao sul, áreas mais urbanizadas onde a indústria e o setor de serviços são mais desenvolvidos; a segunda relaciona-se às regiões de cerrado, onde tem se instalado grandes latifúndios com a plantação de soja, milho, e algodão e a forte presença de projetos de assentamentos, como o caso de Parecis, Primavera do Leste, Alto Teles Pires e Canarana; e a terceira situação refere-se ao norte do Estado, cujo crescimento demográfico nos anos anteriores deveu-se à expansão da fronteira agrícola e à atividade garimpeira. De acordo com o autor:

Já nos anos 90, percebem-se até 3 situações diferentes, perspectiva confirmada em viagem a campo. Uma que acontecia nas microrregiões de Cuiabá, Rondonópolis, Alto Pantanal, regiões mais urbanizadas e dinâmicas, onde as atividades industriais e o setor de serviços são bastante desenvolvidos. Outra na região central do Estado, a maior parte do Cerrado, abarcando as microrregiões de Parecis, Primavera do Leste, Alto Teles Pires, Canarana, que apresenta um processo de ocupação um tanto diferente, com a presença muito forte da soja – o principal produto agrícola -, mais o algodão e o milho. São grandes latifúndios cobertos por essas plantações, em épocas diferentes do ano, num esquema de rotatividade de produção, sem dar descanso ao solo. A agricultura capitalizada é o principal investimento, dando espaço somente ao grande proprietário, este último suficientemente capitalizado para mecanizar a produção e investir em tecnologia, de maneira a possibilitar entre outros elementos a correção dos solos, fator em boa parte do Mato Grosso fundamental para transformar a terra produtiva e particularmente a soja um produto rentável (CUNHA, 2004, p. 42)

MAPA 1.
Taxas médias anuais de crescimento, segundo microrregião.
Estado do Mato Grosso, 1991/2000.



Fonte: Cunha, 2004.

A atividade garimpeira sofreu um rápido arrefecimento em importância quanto ao seu papel no crescimento demográfico da região. Embora esse tipo de ocupação tenha sido efêmero, teve relevância sobre o processo de ocupação da região, deixando como legado a pobreza e miséria social os danos ecológicos, como sintetizado pelo então prefeito de Alta Floresta, sr. Romualdo Júnior:

Não foi uma colonização muito pequena, mas foi concentrada por paranaenses. As pessoas vieram da região Sul, do Norte do Paraná. No meio desse período, dessa colonização de 79, 80, estourou o garimpo na região. Você mesclou aí o paraense, o maranhense, o pessoal lá do Nordeste, né, e esse garimpo ficou uma década, comandou a região. Então a presença das pessoas foi muito forte. Acabando o garimpo ficou só a herança social muito grande, pois esse pessoal é itinerante né, acompanha a onda do ouro, daí foram embora, e ficou uma região arrasada, ambientalmente falando, ecologicamente destruída, uma herança social muito grande, porque o garimpeiro quando passa fica mãe solteira, filho sem pai, fica a prostituta... Então a região, socialmente, ficou muito carente, com muito problema. Porque mesmo o produtor que veio do Paraná ele foi garimpar também, pois na época o grama do ouro valia dez sacos de arroz...(Alta Floresta, 2000).

Ainda entre 1991 e 2000, percebe-se, de acordo com a Tabela 2, que algumas regiões continuam recebendo um grande número de migrantes, haja vista apresentarem taxas de crescimento relativamente altas. Embora para todas as microrregiões as taxas de crescimento populacional tenham decrescido, com exceção de Primavera do Leste cuja taxa passou de 1,6% a.a., em 1970 e 1980, para 13,3% a.a.. Esta microrregião localiza-se nas intermediações das microrregiões de Cuiabá e Rondonópolis, pólos de diversificação e especialização das funções urbanas associada às médias densidades de equipamentos e estabelecimentos (MAFRA, 2000).

Tabela 2.
População e Taxa de Crescimento Demográfico por Microrregiões
Estado de Mato Grosso, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Microrregiões	População Total				Taxa de Crescimento (% a.a.)		
	1.970	1.980	1.991	2.000	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Alta Floresta	1.287	23.011	86.229	89.848	33,4	12,8	0,5
Alto Araguaia	13.437	17.888	22.007	24.117	2,9	1,9	1,0
Alto Guaporé	8.085	19.738	48.250	60.863	9,3	8,5	2,6
Alto Pantanal	75.186	82.841	117.037	123.141	1,0	3,2	0,6
Alto Paraguai	25.187	34.624	43.407	30.512	3,2	2,1	-3,8
Alto Teles Pires	7.028	19.088	50.843	101.610	10,5	9,3	8,0
Arinos	2.911	22.281	48.842	67.447	22,6	7,4	3,7
Aripuanã	1.405	15.888	70.949	96.989	27,5	14,6	3,5
Canarana	12.099	34.476	65.904	79.086	11,0	6,1	2,0
Colider	1.702	26.004	138.883	129.325	31,3	16,4	-0,8
Cuiabá	145.046	314.045	601.449	740.648	8,0	6,1	2,3
Jauru	39.064	107.145	112.083	106.358	10,8	0,4	-0,6
Médio Araguaia	11.183	43.607	54.371	61.073	14,8	2,0	1,3
Norte Araguaia	10.094	27.802	57.536	87.251	10,6	6,9	4,7
Paranatinga	7.840	23.273	27.924	28.591	11,5	1,7	0,3
Parecis	3.055	10.235	32.156	61.771	12,9	11,0	7,5
Primavera do Leste	10.956	12.839	18.507	56.959	1,6	3,4	13,3
Rondonópolis	114.222	139.663	187.068	223.741	2,0	2,7	2,0
Rosário do Oeste	26.898	28.374	30.563	31.347	0,5	0,7	0,3
Sinop	3.658	23.959	74.186	131.445	20,7	10,8	6,6
Tangará da Serra	24.840	54.940	73.854	112.086	8,3	2,7	4,7
Tesouro	53.686	52.628	60.877	54.142	-0,2	1,3	-1,3
Total	598.879	1.134.230	2.022.524	2.498.150	6,6	5,4	2,4

Fonte: Cunha, 2004

De acordo com Silva (1989), entre a década de 60 e 70, a evasão da população do campo se dá sobretudo na região sul e sudeste do Estado, englobando as regiões da baixada Cuiabana, Rondonópolis e Graças, tal evasão ocorre, sobretudo, por causa dos deslocamentos dos investimentos da agricultura para a pecuária e pelas mudanças tecnológicas verificadas no setor primário.

De 1991 a 2000, em algumas microrregiões, as taxas de crescimento continuam altas, contudo, em nada se comparam com as taxas de crescimento dos anos anteriores. Entre os anos de 1970 e 1980, a maioria das microrregiões apresentou taxas de crescimento acima de 10% a.a., período em que algumas delas apresentaram taxas elevadas, mas já evidenciando acentuadas

reduções, verificadas já na década posterior. Com os dados de 2000, verifica-se que a maioria das microrregiões apresentou taxas de crescimento em torno de/ou abaixo de 3% a.a. com algumas apresentando taxas negativas. Alta Floresta, entre 1970 e 1980, apresentou taxa de crescimento em torno de 33,4% a.a., passando para 12,8%, entre 1980 e 1991, e 0,5% a.a., entre 1991 e 2000 respectivamente, microrregião que mais sofreu os efeitos do garimpo, cujas atividades extração de minérios têm sido retomadas com moldes técnicos capitalizados. A microrregião de Colíder apresentou taxa de crescimento, entre 1970 e 1980, de 31,3% a.a., e, no período entre 1991 e 2000, passa a apresentar taxa negativa. As microrregiões que mais chamam a atenção por manterem taxas de crescimento relativamente altas no decorrer dos anos analisados, são: Alto Teles Pires (10,5 % a.a.; 9,3 % a.a, 8% a.a), Parecis (12,9% a.a; 11,0% a.a; 7,5% a.a), Sinop (20,7% a.a; 10,8% a.a; 6,6% a.a), Norte Araguaia (10,6% a.a, 6,9% a.a, 4,7% a.a), Arinos (22,6% a.a; 7,4% a.a; 3,7% a.a) Aripuanã (27,6% a.a; 14,6% a.a; 3,5% a.a). Destacam-se as regiões de Alto Teles Pires e Parecis, regiões com forte presença da cultura da soja, do algodão e do milho, produção mecanizada e ainda com expressivos projetos de assentamentos (CUNHA, 2002).

Ao se analisar o crescimento da populacional das microrregiões por situação de domicílio e pelo grau de urbanização, verifica-se a intensidade da tendência à urbanização da população do Estado, embora tenha decrescido nos períodos analisados. Entre 1980 e 1991, a taxa de crescimento da população urbana foi de 7,73% a.a., e entre 1991 e 2000 foi de 2,66% a.a. O crescimento da população rural do Estado, considerando os períodos referidos à população urbana, foi de 1,12% a.a. e, -0,46% a.a. respectivamente.

Todas as microrregiões do Estado apresentaram tendência a urbanização de sua população. Neste processo chamam a atenção as formas aceleradas de como as áreas urbanizadas

se constituíram e vão se constituindo, seguindo a tendência da própria região Centro-Oeste (JARDIN, 1986; BAENINGER, 2000a, 2000b). Em seus estudos, os autores afirmam que tal processo de urbanização tem se realizado sob precárias condições de infra-estrutura, como saneamento básico, a inexistência de rede de esgoto sanitário e de serviço de abastecimento de água na maioria dos municípios. Para Baeninger (2000a), as formas de desenvolvimento econômico dessa região, baseadas em “eixos estruturantes” e não no “desenvolvimento regional”, resultam em centros isolados, regionais e locais, e distribuição econômica e territorial concentrada e seletiva, com poucas possibilidades de inserção na dinâmica econômica de regiões deprimidas e estagnadas.

Jardin (1986) chama a atenção para as formas e condições de desenvolvimento das áreas urbanizadas e sua relação com as áreas rurais para o Centro-Oeste, entre 1970 e 1980. Nos municípios com até 10 mil habitantes, a concentração da população urbana se deu com maior intensidade fora da sede municipal, ou seja, em vilas e áreas urbanas afastadas, caracterizando situações que o autor considera “rurbanas”, ou seja, embora morando em áreas urbanas, boa parte de sua população trabalha em áreas rurais e desenvolve atividades agrícolas. Jardin argumenta que tais municípios, a rigor, não poderiam ser classificados como urbanos. Neste estudo, o autor aponta para a importância dos grandes centros urbanos com mais de 100 mil habitantes no processo migratório e afirma que esses municípios não possuem mais possibilidade de absorver os fluxos que se dirigem a essas áreas, criando-se centros periféricos, formando grandes áreas conurbadas, carentes de serviços públicos e infraestrutura essenciais para a melhoria das condições de vida da população. Baeninger (2000b), em estudo sobre as migrações internas no Brasil, argumenta que

[...] mesmo cabendo aos municípios metropolitanos maior capacidade de absorção migratória, os municípios não metropolitanos encontram-se na rota

das migrações internas no país, contribuindo para diminuir a expressiva concentração da população nos grandes centros urbano (p. 560).

As taxas de crescimento da população do Mato Grosso nas áreas urbanas, entre 1980 e 1991, foram relativamente altas. No período seguinte (de 1991 a 2000), embora se mantenham taxas de crescimento positivas, essas diminuem de intensidade. A maioria das microrregiões apresentou taxas muito mais baixas ou negativas nas áreas rurais, e taxas relativamente altas nas áreas urbanas.

Somente duas microrregiões apresentaram taxas de crescimento negativas, quando olhadas concomitantemente, a situação de domicílio urbano e rural, no período de 1991 a 2000: as microrregiões de Tesouro e Alto Paraguai, cujas taxas totais de crescimento ao ano apresentaram-se negativas 1,3 e 3,8 respectivamente, e grau de urbanização em torno de 76,57% e 82,66%. São microrregiões localizadas ao sul do Estado, cujo processo de ocupação mais intenso se deu nas décadas de 50 e 60, caracterizando-se como áreas de ocupação consolidada já em início da década de 70, dando ganhos ao peso relativo no processo migratório dentro do próprio Estado e para outras regiões.

Entre o período de 1980 e 1991, quase metade das 23 microrregiões do Estado, apresentaram taxas de crescimento populacional positivas nas áreas rurais, entre os anos de 1980 e 1991, e taxas acima de 5% a 10% a.a. Já no período seguinte (de 1991 a 2000), mais da metade das microrregiões apresentou taxas de crescimento anuais negativas nessas áreas.

Tabela 3.

Taxa média anual de crescimento da população urbana e rural segundo microrregiões. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.

Microrregiões	Taxa de Crescimento (% a.a.)			
	Rural		Urbano	
	1980/1991	1991/2000	1980/1991	1991/2000
Alta Floresta	7,89	-0,56	19,88	1,00
Alto Araguaia	-2,30	-0,84	3,54	1,19
Alto Guaporé	6,67	1,47	10,39	2,61
Alto Pantanal	0,94	-1,87	4,54	1,40
Alto Paraguai	-5,83	-4,07	6,04	-2,98
Alto Teles Pires	7,96	1,94	10,43	8,83
Arinos	1,19	0,50	16,02	4,25
Aripuanã	10,23	1,01	20,18	4,08
Canarana	2,40	-1,23	11,63	3,72
Colider	8,78	-2,08	36,95	0,30
Cuiabá	0,61	-0,98	6,67	2,05
Jauru	-3,75	-2,19	6,38	0,69
Médio Araguaia	-4,59	-1,46	4,21	1,45
Norte Araguaia	4,47	2,56	11,79	5,38
Paranatinga	-1,58	-2,38	6,50	2,09
Parecis	5,48	2,86	17,31	7,67
Primavera do Leste	-1,81	2,16	7,60	13,24
Rondonópolis	-3,49	-0,19	4,65	1,92
Rosário do Oeste	-1,65	0,29	3,68	0,16
Sinop	5,87	-1,44	15,92	7,93
Tangará da Serra	-4,66	0,15	7,81	4,81
Tesouro	-4,29	-2,85	5,42	-0,45
Total	1,12	-0,46	7,73	2,66

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1991 e 2000.

No período entre 1991 a 2000, apenas seis das 23 microrregiões do Estado analisadas apresentaram taxas de crescimento positivos nas áreas rurais, nenhuma dessas microrregiões se localizava na porção sul do Estado, concentrando-se nas regiões norte e central, cujas características de ocupação se distinguem pelo processo de ocupação, intensificadas pela ocupação agroindustrial, projetos de assentamentos, a exploração mineral (com bases técnicas em moldes capitalizados) e a expressão da indústria madeireira ao norte. São elas: Alto Teles Pires (1,94% a.a), Arinos (0,50% a.a.), Aripuanã (0,50% a.a.), Norte Araguaia (2,56% a.a.), Parecis (2,86% a.a.) e Primavera do Leste (2,16% a.a.). Nestas microrregiões, embora, suas

taxas de crescimento populacional tenham decrescido nas áreas urbanas, elas permaneceram positivas (Tabela 3). Os diferenciais de crescimento entre as áreas mostram que embora tenha havido decréscimo nas taxas de crescimento de suas áreas urbanas em relação período anterior (de 1980 a 1991), essas microrregiões se destacam também por apresentarem as maiores taxas de crescimento de sua população nas áreas urbanas em relação às demais.

No período entre 1991 e 2000, a microrregião que mais teve crescimento de sua população urbana foi Primavera do Leste, localizada próxima à baixada cuiabana, que apresentou taxa de crescimento da população urbana em torno de 13,24% a.a.; a taxa de crescimento da população rural, no mesmo período, para essa microrregião, foi em torno de 2,16% a.a.

Os dados da Tabela 4, sobre o grau de urbanização da população, reforçam as características das áreas rurais e urbanas das microrregiões verificadas através das taxas médias anuais de crescimento. Em 2000, apenas duas microrregiões apresentaram grau de urbanização em torno de 50%: Rosário do Oeste, com 51,34% de sua população total em torno de 31,3 mil pessoas vivendo nas áreas consideradas urbanas, região localizada no centro sul do Estado, e Norte Araguaia, cuja população total é de 87,2 mil e apresentou grau de urbanização em torno de 50,08%. Esta microrregião, a Norte Araguaia, assim como a micro de Aripuanã, localizadas no nordeste do Estado e noroeste do Estado respectivamente, possuem características recentes de ocupação, com a expansão da atividade pecuária e o aumento dos projetos de assentamentos (CUNHA, 2004). Para as demais microrregiões, o grau de urbanização ultrapassa 60%, com variação, em algumas microrregiões, de até 90%.

Esses dados conjugados com aqueles sobre crescimento absoluto por situação de domicílio mostram que, entre os anos 80 e 90, já se percebe uma enorme perda da população

rural, ainda que para esse período tenha havido ganhos significativos de população em algumas dessas áreas, contudo com tendências cada vez maiores de redução de sua população. É o caso da microrregião de Norte Araguaia, que entre 1991 e 2000, teve sua população rural aumentada para 10.559 pessoas, e, em menor intensidade, Parecis, Alto Teles pires e Primavera do Leste, microrregiões cujas estruturas de ocupação se caracterizam pela agricultura capitalizada, com presença intensiva do plantio da soja, algodão e milho. Conforme Cunha (2004), essas microrregiões

são grandes latifúndios, cobertos por essas plantações em épocas diferentes do ano num esquema de rotatividade de produção, sem dá descanso ao solo. A agricultura capitalizada é o principal investimento, dando, portanto, boas alternativas ao grande proprietário, este último suficientemente capitalizado para mecanizar a produção e investir em tecnologia, incluindo a correção dos solos, fator fundamental para transformar, em Mato Grosso, a terra produtiva e particularmente a soja, um produto rentável (p. 43).

Assim como no Centro-Oeste, no Mato Grosso, Mafra (2000) aponta para um grande desequilíbrio entre o papel polarizador da cidade que compõem a rede urbana, mostra que são poucas as regiões que compõem redes urbanas estruturadas. Um dos maiores problemas neste Estado é a baixa relação entre a quantidade de estradas de rodagem existentes e a extensão territorial, caracterizada por uma infraestrutura de estradas e rodagens deficientes e insuficientes para cumprir um papel integrador no desenvolvimento econômico das diversas regiões.

Essa concentração das atividades urbanas em poucos pólos urbanos, os quais cumprem a função de mediação e articulação com os mercado externos, é coerente com o tipo de ocupação econômica cuja base é a agricultura mecanizada. Ao se estudar a dinâmica de crescimento do Estado, verifica-se a incorporação progressiva das suas áreas ao processo produtivo, determinante principal da ascensão, estabilidade ou declínio do crescimento populacional

(SILVA, 1989). A análise do crescimento econômico indica também os desequilíbrios regionais quanto á distribuição econômica e populacional.

No Mato Grosso, os principais pólos urbanos se concentram nas áreas de influência de Cuiabá e Cárceres (localizadas região Centro-Sul do Estado), Rondonópolis (Sudeste), Tangará da Serra (Sudoeste), e Barra do Garças (Nordeste).

As microrregiões do Estado, que apresentaram maiores taxas de crescimento nas áreas rurais no período entre 1991 e 2000, são também as que apresentaram taxas de crescimento maiores nas áreas urbanas, havendo maior variação no grau de urbanização entre as micros: Alto Teles Pires, cuja população total foi 101 mil pessoas aproximadamente, das quais, 60,50% vivem nas áreas urbanas; Norte Araguaia, população total de mais ou menos 29 mil, grau de urbanização, 50,08%; Parecis e Primavera do Leste apresentaram população total em torno de 29 mil e 38 mil e grau de urbanização 73,11% e 86, 92%, respectivamente, o que pode ser justificado pelas próprias características de ocupação dessas áreas, como já abordado anteriormente.

Tabela 4.
População residente segundo a situação de domicílio e grau de urbanização por microrregiões (%).
Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.

Microrregiões	1980			1991			2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
			Grau de Urb %			Grau de Urb %			Grau de Urb %
Alta Floresta	23.011	6.631	16.380	86.460	48.712	37.748	89.848	54.358	35.490
Alto Araguaia	17.888	11.913	5.975	22.090	17.466	4.624	24.117	19.904	4.213
Alto Guaporé	19.738	8.793	11.005	48.296	25.906	22.390	60.663	34.379	26.284
Alto Pantanal	82.941	48.487	34.454	117.254	79.060	38.194	123.141	92.113	31.028
Alto Paraguai	34.624	18.450	16.174	43.539	35.184	8.355	30.512	25.222	5.290
Alto Teles Pires	19.069	10.017	9.051	50.839	29.822	21.017	101.610	75.657	25.953
Arinos	22.281	5.887	16.394	48.870	30.192	18.678	67.447	47.712	19.735
Aripuanã	15.888	5.344	10.544	71.135	40.354	30.781	96.989	62.627	34.362
Canarana	34.476	10.319	24.157	65.967	34.608	31.359	79.086	51.724	27.362
Colíder	26.004	2.505	23.499	138.927	79.593	59.334	129.325	82.239	47.086
Cuiabá	314.045	277.259	36.786	603.520	564.177	39.343	740.648	705.328	35.320
Jauru	107.145	31.714	75.431	112.145	62.590	49.555	106.358	67.500	38.858
Médio Araguaia	43.607	29.163	14.444	54.494	45.883	8.611	61.073	53.751	7.322
Norte Araguaia	27.602	7.204	20.398	57.538	24.541	32.997	87.251	43.695	43.556
Paranatinga	23.273	7.298	15.975	27.995	14.594	13.401	28.591	18.313	10.278
Parecis	10.235	3.457	6.778	32.209	20.022	12.187	61.771	45.159	16.612
Primavera do Leste	12.839	5.634	7.204	18.498	12.606	5.892	56.959	49.508	7.451
Rondonópolis	139.663	95.765	43.898	187.656	157.962	29.694	223.741	194.656	29.085
Rosário do Oeste	28.374	10.625	17.749	30.585	15.809	14.776	31.347	16.093	15.254
Sinop	23.959	9.167	14.792	74.264	46.550	27.714	131.445	107.814	23.631
Tangará da Serra	54.940	24.444	30.496	73.927	55.893	18.034	112.086	93.758	18.328
Tesouro	52.628	24.388	28.240	61.023	43.586	17.437	54.142	41.459	12.683
Total	1.134.230	654.406	479.824	2.027.231	1.485.110	542.121	2.498.150	1.982.969	515.181

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1991 e 2000.

Entre os anos de 1980 e 1991, o Estado do Mato Grosso teve um crescimento absoluto (Tabela 5) em torno de 893 mil habitantes e apresentou taxa de crescimento em torno de 5,4% a.a. Do total da população do Estado nesse mesmo período, 93,02% da população vivia na área urbana do Estado e 6,98%, na rural. Na década seguinte (1991 a 2000), a população teve um crescimento absoluto por volta de 470 mil pessoas, sendo as áreas urbanas do Estado as responsáveis por esse crescimento. As áreas rurais do Estado nesse período, apresentam crescimento absoluto negativo.

Tabela 5.
Crescimento absoluto da população residente segundo a situação de domicílio por microrregiões.
Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.

Microrregiões	1980/91			1991/2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Alta Floresta	63.449	42.081	21.368	3.388	5.646	-2.258
Alto Araguaia	4.202	5.553	-1.351	2.027	2.438	-411
Alto Guaporé	28.558	17.173	11.385	12.367	8.473	3.894
Alto Pantanal	34.313	30.573	3.740	5.887	13.053	-7.166
Alto Paraguai	8.915	16.734	-7.819	-13.027	-9.962	-3.065
Alto Teles Pires	31.770	19.805	11.966	50.771	45.835	4.936
Arinos	26.589	24.305	2.284	18.577	17.520	1.057
Aripuanã	55.247	35.010	20.237	25.854	22.273	3.581
Canarana	31.491	24.289	7.202	13.119	17.116	-3.997
Colider	112.923	77.088	35.835	-9.602	2.646	-12.248
Cuiabá	289.475	286.918	2.557	137.128	141.151	-4.023
Jauru	5.000	30.876	-25.876	-5.787	4.910	-10.697
Médio Araguaia	10.887	16.720	-5.833	6.579	7.868	-1.289
Norte Araguaia	29.936	17.337	12.599	29.713	19.154	10.559
Paranatinga	4.722	7.296	-2.574	596	3.719	-3.123
Parecis	21.974	16.565	5.409	29.562	25.137	4.425
Primavera do Leste	5.659	6.972	-1.312	38.461	36.902	1.559
Rondonópolis	47.993	62.197	-14.204	36.085	36.694	-609
Rosário do Oeste	2.211	5.184	-2.973	762	284	478
Sinop	50.305	37.383	12.922	57.181	61.264	-4.083
Tangará da Serra	18.987	31.449	-12.462	38.159	37.865	294
Tesouro	8.395	19.198	-10.803	-6.881	-2.127	-4.754
Total	893.001	830.704	62.297	470.919	497.859	-26.940

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000.

As microrregiões que mais contribuíram para a redução da população rural no período entre 1991 e 2000 foram: Colíder que, em termos absolutos, perde um total aproximado de 12 mil pessoas das áreas rurais e ganha somente em torno de 2.600 mil nas áreas urbanas; essa microrregião, localizada ao norte do Estado, obteve uma queda no crescimento populacional devido ao arrefecimento das atividades garimpeiras. A segunda microrregião que teve maior redução da população rural em relação às demais, no mesmo período, é Jauru que perde praticamente 10 mil pessoas das áreas rurais e ganha somente 4.900 pessoas nas suas áreas urbanas.

3.2. Sobre idade, sexo e espécie de família na composição da população rural de Mato Grosso, 1980.

Da população residente no Estado do Mato Grosso, o número de homens é superior ao número de mulheres no decorrer dos anos analisados nas áreas rurais, sendo que este diferencial tende a ser cada vez maior, embora, como veremos, os dados indicam maior crescimento de número de mulheres no processo migratório intra-estadual, e aumento da migração com origem urbana para as áreas rurais para o ano de 2000, em que a população feminina foi superior à masculina.

Nas áreas urbanas a composição da população, por sexo, esteve em torno de quase 50%, os diferenciais na razão de sexo, no decorrer dos anos analisados, foram de 101, em 1980, 102, em 1991, e 101, em 2000, nessas áreas. Do total da população das áreas rurais do Estado (Tabela 6), 55% era composto por homens e 45% por mulheres, com pequenas variações tendendo a um aumento da população masculina no decorrer dos anos analisados. A evolução da razão de sexo para a população rural do Estado foi de 121, em 1980, 124, em

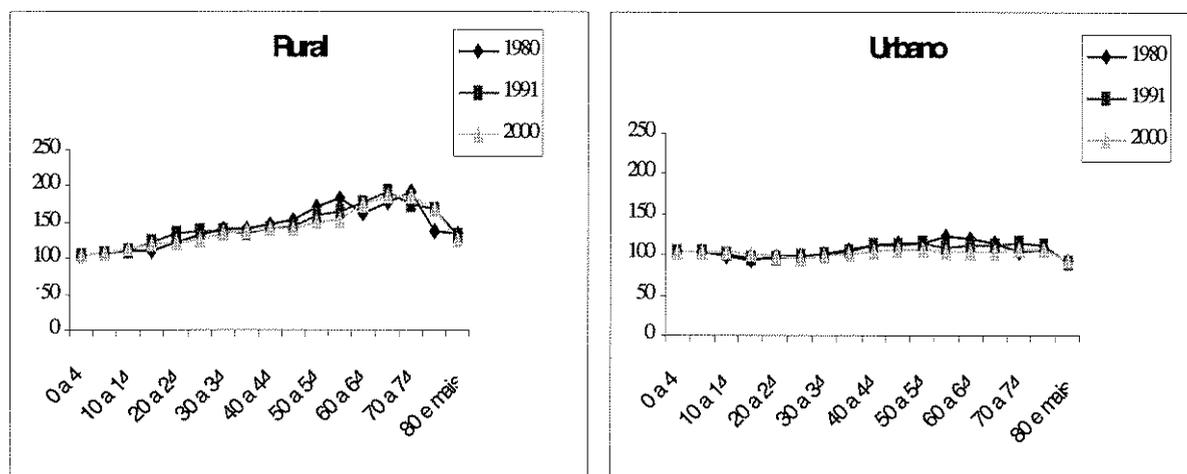
1991, e 125, em 2000.

Nos gráficos 1 e 2, vemos que os diferenciais na razão de sexo, por idade da população apontam para um número mais elevado de homens desde o nascimento até as idades mais avançadas, em todas as faixas etárias. Sendo que para as áreas rurais os diferenciais se acentuam sobremaneira a partir dos 20 anos. Para as áreas rurais, os gráficos apontam acréscimo na proporção homem/mulher cada vez maior, sobretudo nas idades mais velhas.

Dois fatores contribuem para determinar a estrutura por sexo da população mato-grossense. Primeiro, a composição parece se definir ordinariamente em decorrência dos excessos de nascimentos de homens sobre as mulheres, acompanhada da comprovada predominância das taxas de mortalidade diferencial para o sexo masculino; segundo, os desequilíbrios que se registram dos 20 anos em diante, parecem ser atribuídos à migração seletiva de adultos masculinos para as áreas de fronteira agrícola.

Gráficos 1 e 2.

Razão de sexo da população, por situação de domicílio. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000.

A aceitação dessa afirmação não implica que não haja migração para as idades mais jovens, contudo essa se dá no contexto familiar, não alterando assim os índices de masculinidade na região de destino. O peso na razão de sexo nas áreas rurais do Estado, portanto, está atrelado às idades mais velhas, decorrente dos processos migratórios, sobretudo dos anos anteriores.

Na década de 90, as áreas rurais do Estado perderam um total de 23.700 pessoas das quais 52,5% eram homens e 47,5% mulheres. Do total de pessoas que saíram das áreas urbanas (Tabela 7) 43,6% foram homens e 56,40% mulheres. Podemos verificar que crescem as saídas de mulheres nas respectivas áreas, sendo que entre 1991 e 2000 o número de mulheres que deixaram as áreas urbanas em busca das áreas rurais é superior ao de homens.

Tabela 6.
População residente na área rural, por sexo.
Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.

Ano	População residente por sexo			Proporção na composição, por sexo (%)		Razão de Sexo
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
1980	264117	218679	482796	54,71	45,29	121
1991	299552	241296	540848	55,39	44,61	124
2000	287214	229846	517060	55,55	44,45	125
Crescimento absoluto da população, por sexo				Proporção no crescimento por sexo (%)		
Período	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
1980/91	35435	22617	58052	61,04	38,96	
1991/00	-12338	-11450	-23788	51,87	48,13	

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000.

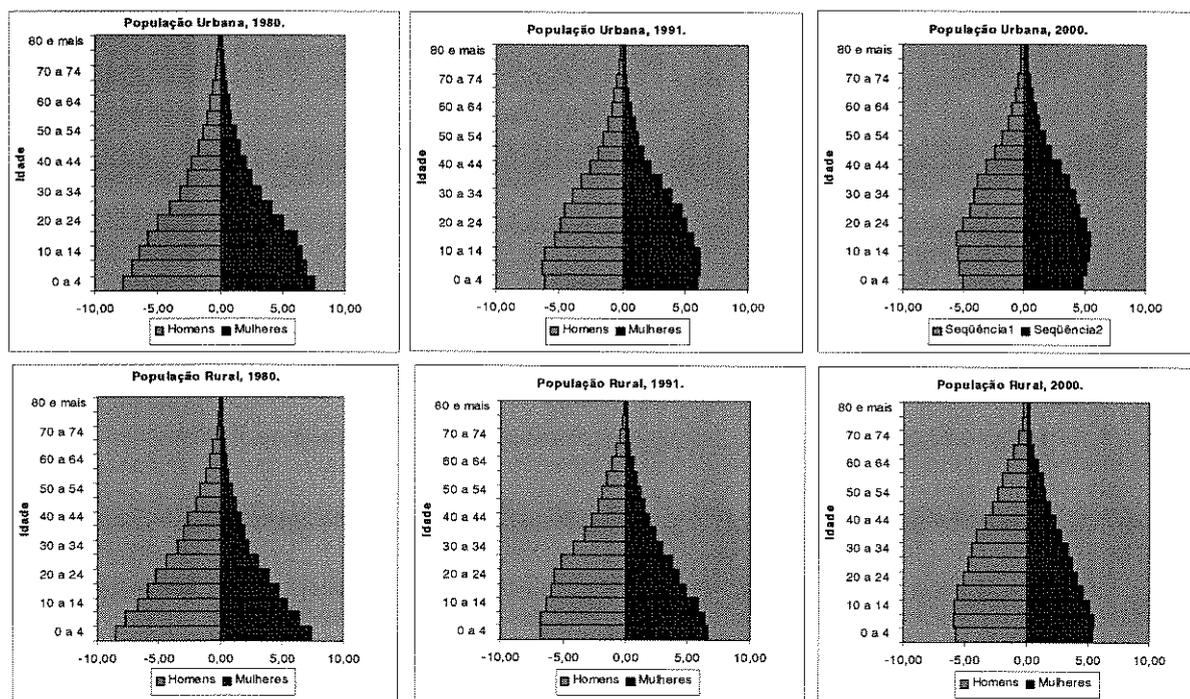
Tabela 7.
População residente na área Urbana, por sexo.
Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.

Ano	População residente por sexo			Proporção na composição, por sexo (%)		Razão de Sexo
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
1980	329454	324715	654169	50,36	49,64	101
1991	748143	736967	1485110	50,38	49,62	102
2000	999831	987895	1987726	50,30	49,70	101
Crescimento absoluto da população, por sexo			Proporção no crescimento por sexo (%)			
Período	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	
1980/91	418689	412252	830941	50,4	49,61	
1991/00	251688	250928	502.616	50,1	49,92	

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000.

Nos gráficos 3 a 8, podemos verificar redução da base da pirâmide nas áreas rurais, que embora apresentem uma população jovem relativamente menor do que nas áreas urbanas, tendem a uma convergência com essas, em relação ao estreitamento da base da pirâmide, embora em menor intensidade. De acordo com Berquó (1980), a observação da estrutura por idade de uma população é fundamental não apenas pelo efeito que exercem sobre os componentes da dinâmica populacional, mas por se constituírem em variáveis importantes do ponto de vista social e cultural.

Gráficos 3 a 8. Pirâmides Etárias da População residente na área rural e Urbana. Mato grosso, 1980, 1991, 2000.



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000.

A estrutura por idade de uma determinada população, além de contar a sua história, oferece também condições de se avaliar a disponibilidade de força de trabalho, bem como possibilita avaliar a carga social representada pelo consumo de bens e serviços destinados aos que se encontram fora dessa faixa etária considerada teoricamente aquelas entre os 15 aos 65 anos. Como podemos observar através dos gráficos, os diferenciais por sexo apresentam predominância de homens em relação a mulheres, tal indicador percorre todos os anos observados, sendo que esse diferencial acentua-se sobretudo a partir dos grupos etários 15 a 20 anos.

Em estudo sobre a evolução histórica do êxodo rural no Brasil, Camarano e Abramovay (1998) apontam questões importantes para o entendimento das áreas rurais no Brasil. Segundo os autores, os estudos da dinâmica demográfica no meio rural não estão associados apenas ao êxodo rural, mas também à descoberta de novos trunfos, relacionados às transformações ocorridas nesse espaço nos últimos anos. Uma dessas transformações associa-se ao envelhecimento e à masculinização da população que vive no campo.

No texto, entre outras questões, os autores analisam as implicações dos deslocamentos sobre o meio rural, com base na evolução da razão de sexo que, no Brasil entre 1950 e 1996, passou de 104 para 109, já no meio urbano, a razão de sexo, nesse mesmo período, foi menor do que 1. No Mato Grosso, para as áreas urbanas, ao contrário do que ocorre no meio rural, a razão de sexo não variou muito de 1980 a 2000 permanecendo em torno de 101 homens para cada 100 mulheres.

Tabela 8.
População residente na área rural, por sexo e idade.
Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.

Idade	1980		1991		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4	41019	40073	37807	35924	29834	28322
5-9	37307	34686	37051	34214	30865	28417
10-14	32163	29389	34731	30987	30679	26693
15-19	28299	25527	31887	26638	28746	24368
20-24	25766	20972	31334	22607	26458	21908
25-29	21391	16306	27896	21034	24439	19342
30-34	16789	12075	21957	16682	22939	16873
35-39	14323	10280	17856	13567	20402	15699
40-44	12874	8769	14695	10524	16993	12262
45-49	9802	6427	11670	8860	13563	9982
50-54	8097	4718	10493	6979	12198	8035
55-59	5614	3072	7560	4745	9728	6895
60-64	4366	2678	6426	3430	8393	4348
65-69	3319	1880	4395	2546	5514	2923
70 ou +	2988	1827	3794	2559	6463	3779
TOTAL	264117	218679	299552	241296	287214	229846

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

De acordo Camarano e Abramovay (1998), desde de 1970, quando a população brasileira atingiu seu máximo nas áreas rurais com 41 milhões de habitantes que correspondiam a 44% do total, o meio rural vem sofrendo um declínio total e absoluto chegando, em 1996, apenas com 22% da população nas áreas rurais do país. No Mato Grosso, como vimos esse processo já desponta na década de 60 quando se inicia a incorporação de novas áreas com o despontar do processo migratório intra-estadual, que se torna cada vez mais expressivo, superando o processo migratório interestadual.

No Mato Grosso, a diminuição da participação relativa da população rural entre 0 a 4 anos fica muito evidente quando olhamos para as pirâmides etárias (gráficos 3 a 9) e para a Tabela 7. Em 1980, apresenta um total de 81.092, em 1991, 73.700 pessoas e, em 2000, 65.700. Em termos percentuais, entre os anos de 1980 e 2000, a faixa etária de 0 a 4 anos diminuiu em torno de 19%.

Em estudo sobre a colonização de fronteira, em Rondônia, Sydenstricker (1990) examina aspectos da fecundidade e seu controle no Projeto de Assentamento Machadinho; nesse estudo, o autor constata importantes reduções nas taxas de fecundidade sendo que, boa parte das práticas contraceptivas, já era assumida pelas pessoas em suas regiões de origem que, no caso de Machadinho, foi ocupado por migrante do norte do Paraná.

Conforme Camarano e Abramovay, a redução da população no meio rural se deve fundamentalmente aos processos migratórios seletivos, implicando no aumento da razão de sexo nas áreas rurais e no seu declínio nas áreas urbanas. Mais recentemente, a queda da fecundidade rural contribuiu também para a diminuição do ritmo de crescimento desta população. Os autores chamam a atenção também para a diferenciação regional quanto aos ritmos de movimento migratórios ao logo do tempo. Nos anos 90, constatam importante

declínio na saída da população rural das regiões sudeste e sul, mantendo-se mais expressiva, sobretudo na região nordeste. A região Centro Oeste, neste ano, foi quem mais perdeu população de suas áreas rurais.

Os autores apontam também para o “rejuvenescimento” da população no fluxo migratório rural por serem “cada vez mais” “os jovens” quem deixam o campo. Na estimativa da taxa líquida migratória da população masculina e feminina no Brasil, Camarano e Abramovay constataam que, na década de 50, o ponto máximo da distribuição da migração ocorreu no grupo etário de 30 a 39 anos. Em 1995, esse ponto deslocou-se para o grupo etário 20 a 24 anos.

No Mato Grosso, em 1980, a população rural com idade até 15 anos representou 44,46% da total do Estado; em 1991, esse grupo cai para 38,94%; e, em 2000, para 33,60%. Nas áreas urbanas, para esse mesmo grupo etário, em 1980, a representação foi de 42,20%; em 1991, 37,26%; e 34,99 em 2000. Para este último ano, vemos que enquanto nas áreas rurais esse grupo etário tende a diminuir, na área urbana ele cresce, denotando maior número da população relativamente mais jovem para as áreas urbanas decorrente da saída dessa população das áreas rurais.

O grupo etário entre 15 a 65 anos, nas áreas rurais em 1980, correspondeu a 53,47% da população, 58,62% em 1991, e 62,66% em 2000. Para 2000, enquanto o grupo etário até 15 anos diminuiu nas áreas rurais, o grupo entre 15 a 65 anos é relativamente mais representativo nessas áreas do que nas áreas urbanas do Estado.

Os dados do censo de 2000, segundo sexo e idade para o Estado do Mato Grosso, indicam crescimento relativo importante para as faixas etárias mais jovens nas áreas urbanas.

Esses percentuais parecem ser decorrentes do processo migratório intra-estadual que, em 1990, passa a ser superior ao movimento interestadual, acentuando-se em 2000.

Tabela 9.
População residente na área urbana, por sexo e idade.
Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.

Idade	1980		1991		2000	
	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
0 a 4	50505	49420	92211	88938	100440	96429
5 a 9	45860	45003	95428	92061	106035	103038
10 a 14	42293	42986	92052	92713	109252	107106
15 a 19	37563	40270	80877	84802	110018	109303
20 a 24	32269	33319	72611	75880	100581	102366
25 a 29	26072	26596	68111	70439	87805	91158
30 a 34	21187	20966	58985	58934	82318	84363
35 a 39	17398	16527	48405	47323	75437	75133
40 a 44	14890	13390	38060	34505	62160	60203
45 a 49	11203	9735	28639	25847	47409	45174
50 a 54	8831	7805	22148	19499	35641	33396
55 a 59	6644	5476	16361	14972	25900	24818
60 a 64	5455	4601	12734	11350	20222	19776
65 a 69	4358	3784	8888	7913	14681	14235
70 a 74	2414	2308	5901	5141	10196	9515
75 a 79	1545	1470	3930	3533	6033	5653
80 e mais	967	1059	2802	3117	5703	6229
Total	329454	324715	748143	736967	999831	987895

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

Os dados sobre domicílios segundo espécie de família⁴ indicam expressivo o crescimento de domicílios unipessoais (chefe sozinho) para as áreas rurais, possivelmente constituídos de chefes do sexo masculino. Em 1980, o percentual de domicílios, na área rural, com chefe sozinho era em torno de 8,85% e, em 2000, passa para 10,30% (variação percentual em torno de 16,3%). Embora o percentual de chefes sozinhos seja maior na área rural, houve maior intensidade desse crescimento nas áreas urbanas que de 4,67%, passa para 8,47 (variando em torno de 44,8%). O maior número de homens, residentes nas áreas rurais

⁴ Nomenclatura utilizada de acordo com os dados fornecidos pelos Censos Demográficos.

mostrados claramente através dos dados sobre razão de sexo, contribui para se pensar que o crescimento nas áreas urbanas de chefes sozinhos se deva, em parte, à migração rural/urbana, uma vez que a emigração rural é constituída de maior número de homens, como era de se esperar, pelo próprio efeito da composição da população, já que o número de homens nessas áreas é superior ao número de mulheres.

Tabela 10.
Percentual de domicílios segundo o tipo de família.
Mato Grosso, 1980,1991, 2000.

Ano	Unipessoal	Composta	Estendida	Nuclear	Outras cond.
1980	6,32	4,19	15,00	70,61	3,63
1991	6,07	3,75	14,62	67,60	5,73
2000	8,85	1,96	15,16	69,14	3,83

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1991 e 2000.

Tabela 11.
Percentual de domicílios segundo o tipo de família por situação de domicílio.
Mato Grosso, 1980,1991, 2000.

Ano	Unipessoal		Composta		Estendida		Nuclear		Outras condições	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
1980	4,67	8,43	4,29	4,07	18,91	10,01	68,16	73,73	3,97	3,76
1991	5,89	7,55	3,34	4,88	15,89	11,15	66,97	69,32	7,91	8,10
2000	8,47	10,3	1,82	2,49	68,83	11,85	68,83	70,29	4,85	5,06

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1991 e 2000.

Em 1980, para o total do Estado, o percentual de domicílios ocupados por família do tipo nuclear (somente casal ou casal com filhos) representou 70,61% do total de domicílios. Em 1991, esse percentual foi de 67,60%, com leve aumento para o ano de 2000, 69,14% dos domicílios (Tabela 10).

A família estendida neste ano representou 15%, não havendo variações significativas no número dos domicílios, nessa categoria. A família estendida inclui pelo menos um dos

seguintes parentes do chefe do domicílio: pais, sogros, irmãos, noras, cunhados ou sobrinhos. Os domicílios ocupados por chefes sozinhos tomam maior expressividade nas duas áreas, ocupando o terceiro lugar na categoria de domicílios.

Na área rural do Estado, coerentemente com as características de seu processo de ocupação, o número de domicílios ocupados por família nuclear é superior às área urbana. De acordo com Bilac (1991), no Brasil, embora as unidades domésticas consideradas de famílias nucleares sejam predominantes, seu desenvolvimento, a partir da década de 1980, apresenta intensificação do crescimento das famílias unipessoais e de outros arranjos domiciliares que não se baseiam apenas em laços familiares.

Para o Estado do Mato Grosso, embora com grande predominância da família nuclear, verifica-se que houve redução no crescimento nesse tipo de arranjo familiar somente nas áreas rurais que foram, portanto, as responsáveis pelo seu decréscimo no total do Estado.

4. ALGUMAS INDAGAÇÕES SOBRE AS EXPRESSÕES DA FORÇA DE TRABALHO E MIGRAÇÕES ENTRE AS ÁREAS URBANAS E RURAIS DO ESTADO.

4.1. Diferenciais entre as áreas urbanas e rurais por segmentos da atividade econômica e renda *per capita* familiar.

Neste capítulo, apresentaremos algumas características da população de acordo com o setor de atividade econômica, a renda *per capita* familiar, pessoas segundo número de trabalho e ramo de atividade (agrícola e não-agrícola). A análise articulada desses dados tem como referência a variável “situação de domicílio”. Pretendemos incorporar elementos pertencentes às relações entre as áreas urbanas e rurais que permitam elucidar algumas possíveis articulações da população nas respectivas áreas. Reconhecendo-se que, embora sejam categorias insuficientes para refletir a diversificação das atividades produtivas dentro das regiões, esses dados oferecem bases para indicar algumas características econômicas e sociais presentes na realidade da população residente no Estado do Mato Grosso.

Para o total da população do Estado acima de 10 anos, a PEA (População Economicamente Ativa), para aos anos de 1980, 1991 e 2000, correspondeu a 44,59, 47,63% e 40,66% respectivamente. Nesses anos, mais de 50% da população do Estado, acima de 10 anos, não foi incluída em nenhuma categoria de ocupação, sendo que esse percentual decresce quando olhamos a evolução do total de pessoas ocupadas no Estado. Os dados sobre a PEA rural mostram que foi o meio rural o responsável por esse decréscimo, principalmente em função da redução das ocupações agrícolas.

O Gráfico 10 mostra que a PEA rural, em 1980, correspondeu a 40,86% em relação à PEA total do Estado, em 2000 esse percentual foi de 20,90%. A PEA rural, portanto, teve papel fundamental na redução da PEA total do Estado. Verificando-se assim duas situações: a

redução de pessoas ocupadas nas áreas rurais e o aumento relativo das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas.

Para Silva (1997, 1999), o aumento das atividades não-agrícolas no meio rural está relacionado, sobretudo, a fatores de incorporação das atividades econômicas modernas baseado no sistema produtivo de larga escala para exportação. O autor afirma que esta tendência, para o total do Brasil e para as várias unidades da federação, está relacionada à crescente modernização dos sistemas produtivos que libera mão-de-obra das tradicionais atividades agropecuárias e à própria queda da renda oriunda das atividades agrícolas e pecuárias. Isto faz com que as pessoas residentes no meio rural busquem novas formas de inserção produtiva, seja ocupando-se exclusivamente de atividades não-agrícolas, seja combinando atividades agrícolas com não-agrícolas. De acordo com Silva (1997, 1999), as principais atividades não-agrícolas no meio rural são aquelas relacionadas com a indústria, especialmente a agroindústria; em seguida, vêm aquelas atividades relacionadas à moradia, turismo, lazer, artesanato etc. e a preservação do meio ambiente.

A partir de algumas conclusões do Projeto Rurbano (2000) realizado sob coordenação de José Graziano da Silva, com base nas PNADs a partir de 1992, é plausível afirmar que embora o êxodo rural apresente grande relevância em algumas regiões brasileiras, é um equívoco a suposição de que esse seja um processo inevitável. Desde que se leve em consideração, na elaboração de políticas públicas, que o desenvolvimento rural não pode estar pautado apenas em políticas de desenvolvimento agrícola, inclui-se nesta discussão o necessário investimento no rural quanto a infraestrutura básica como escolas, hospitais, postos de saúde, profissionais qualificados etc.

Outra conclusão apontada pelo Projeto Rurbano (2000) é que, embora nas áreas rurais evidencie-se uma nova dinâmica entre os rendimentos provenientes das atividades agrícolas e não-agrícolas das famílias aí residentes, e que as rendas não-agrícolas elevam a renda média das famílias, ainda assim seria um outro equívoco pensar que essas ocupações seriam a solução para o desemprego, pois tais trabalhos, embora contribuam para o crescimento da renda familiar, continuam sendo em geral atividades precárias e de baixa qualificação, predominando as profissões que não requerem mão-de-obra especializada e/ou com elevado grau de escolaridade.

Como já nos referimos acima, as principais ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro (Projeto Rurbano, 2000) são aquelas relacionadas com a indústria de transformação, prestação de serviços, social e a indústria de construção civil. A análise realizada nas grandes regiões do país aponta para as especificidades de cada região, as quais apresentam demandas distintas no processo de ocupação das atividades não-agrícolas, com exceção do setor de emprego doméstico que, de acordo com o que foi apresentado no relatório, cresceu entre 1991 e 1997 em todas as regiões do país. A região Centro-Oeste apresenta as maiores representatividades das atividades não-agrícolas no rural, nos setores de construção civil, emprego doméstico, social e comércio de mercadorias.

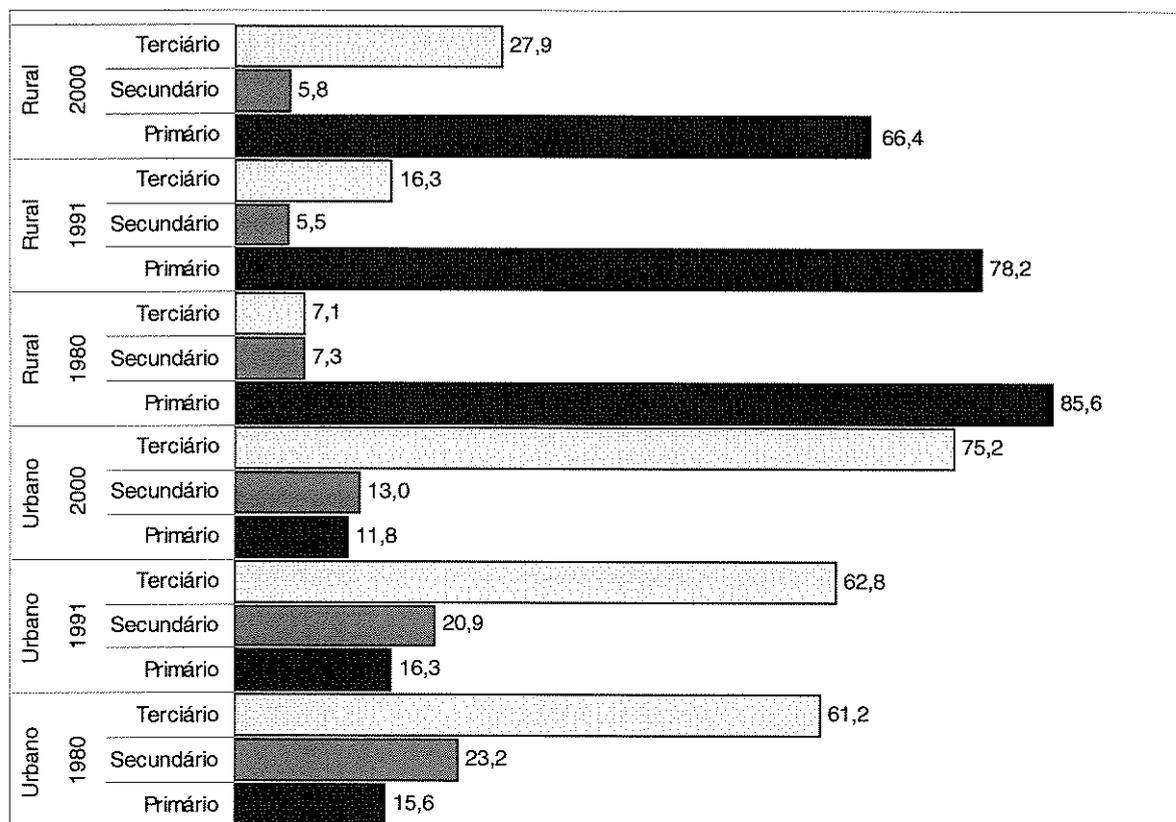
No Mato Grosso, os setores da PEA rural que mais contribuíram para seu decréscimo no decorrer dos anos considerados foram o primário que, em 1980, representava 85,6% do total da população ocupada; em 1991 decresce para 78,2% e, em 2000, para 66,4%, e o setor secundário, esse decresce entre 1980 e 2000, embora com bem menos intensidade e variação: 7,3%, 5,5% e 5,8% em 1980, 1991 e 2000, respectivamente.

Embora o setor primário tenha sofrido uma redução bastante significativa, sobretudo, se compararmos os diferenciais entre os anos de 1980 e 2000, as atividades ocupadas nesse setor têm predominância fundamental nas formas de ocupação da população residente nas áreas rurais. De modo geral, percebe-se que o setor terciário apresenta ganhos significativos para as áreas rurais, passando de 7,13%, em 1980, para 16,3% e 27,9%, em 1991 e 2000, respectivamente.

Verifica-se que, na área rural do Estado, está havendo importantes tendências de incorporação da população ocupada no setor terciário e redução relativa dessa mesma população ocupada em atividades relacionadas ao setor primário. O aumento da PEA rural no setor terciário, somado à sua diminuição no setor primário, possivelmente esteja correlacionado aos reflexos do surgimento de atividades econômicas não-agrícolas nas áreas rurais do Estado, como tendem a ocorrer com maior ou menor intensidade nas várias regiões do país, ou não, pois considerando-se a natureza do dado, que diz respeito ao indivíduo e não a estabelecimento, essa característica pode também ser fruto da “pendularidade” daqueles que moram no meio rural e trabalham no urbano. Neste caso seria necessário um estudo mais aprofundado num outro momento.

Como era de se esperar, aliado ao aumento significativo do número de famílias no Estado, durante os anos analisados, a sua concentração foi cada vez maior nas áreas urbanas. Em 1980, de um total de aproximadamente 253 mil famílias residentes no Estado do Mato Grosso, 56,91% residia no meio urbano e 43,09% no rural; em 2000, esses valores passam de 79,98% e 24,7%, no urbano e no rural, respectivamente.

Gráfico 9.
Distribuição percentual da PEA, em setores de atividades econômicas, na área urbana e rural.
Mato Grosso. 1980, 1991, 2000.

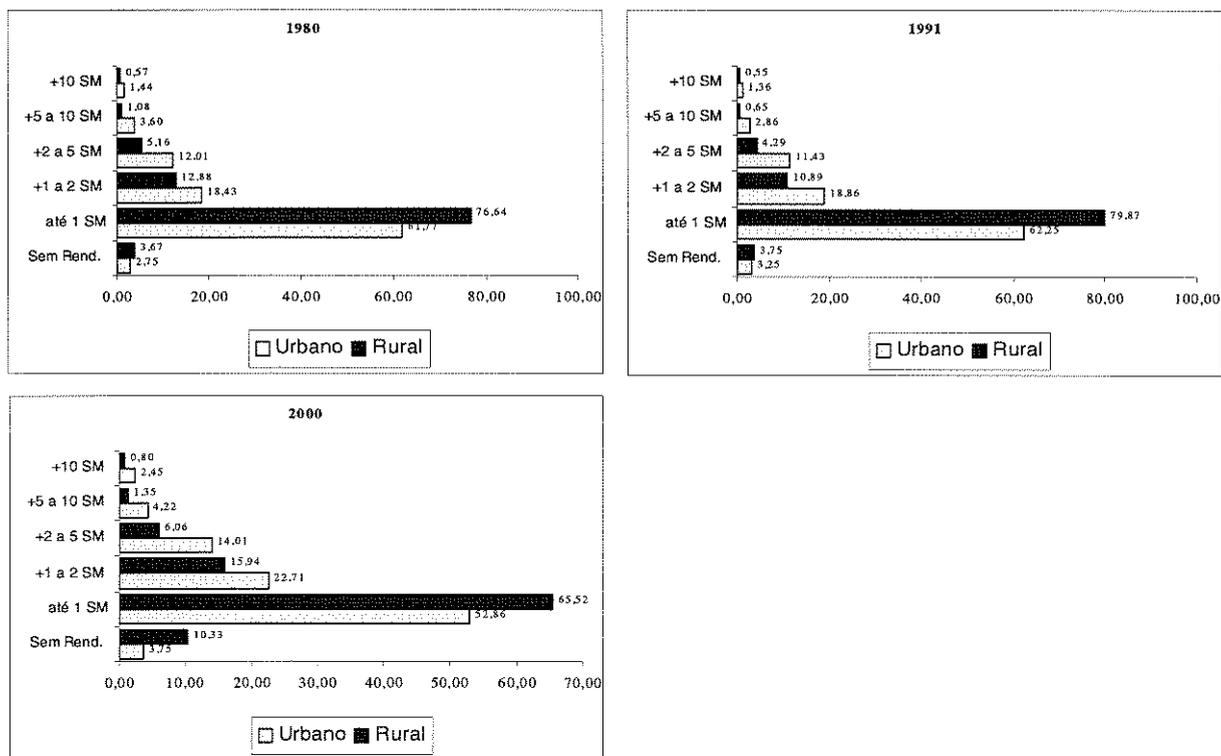


Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

Os dados sobre renda familiar indicam que no Estado, de um modo geral, as famílias vivem com baixas condições de vida, num flagrante estado de pobreza. Embora a população urbana desfrute dos maiores níveis de renda (Gráficos 10 a 12), é nas categorias menos de um salário mínimo e 1 a 2 salários mínimos que está concentrada maior parte da população em ambas as áreas. Assim como cresce o percentual de pessoas na categoria “sem renda”.

Gráficos 10 a 12.

Renda *per capita* Familiar Deflacionada para Janeiro de 2002, segundo Relação com o Chefe da Família e Situação do Domicílio. Mato Grosso, 1980, 1991 e 2000.



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

No gráfico sobre renda *per capita* familiar em 1980 no meio rural do Estado, o número de famílias na categoria até um salário mínimo representou 76,65% da população, em 1991, foi de 79,87% e, em 2000, diminuiu para 65,5%. Em 1980, 12,88% das famílias rurais tinham renda de 1 a 2 salários mínimos; em 2000, essa categoria abrangia 15,94% das famílias rurais. Nessas áreas, verifica-se também aumento do número de famílias na categoria “sem renda”, havendo maior intensidade desse aumento entre os anos de 1991 e 2000. Em 1980, representava 2,75% das famílias; em 1991, esse percentual foi de 3,75%; e, em 2000, 10,33%.

Do total da população acima de 10 anos no meio rural, menos de 50% tinha alguma ocupação nos três anos observados, embora tenha havido crescimento na ocupação para ambas as áreas. Em 1980, a PEA ocupada no meio rural do Estado representava 47,26% do total de pessoas acima de 10 anos que declarou algum tipo de ocupação; em 2000, esse percentual foi de 49,82%, respectivamente. Na área urbana, o percentual de pessoas acima de 10 anos ocupadas, em 1980, foi de 46,13%; em 2000, 51,67%, respectivamente.

De acordo com os dados da Tabela 12, na área rural, a variação no percentual de pessoas que possui mais de um trabalho, por microrregião, é pouco significativa, permanecendo em torno de 2% do total da população ocupada. No meio urbano também, são baixos os percentuais de pessoas ocupadas com mais de um trabalho, 2,2%, em 1980, e em torno de 3,0%, em 1991 e 2000.

Tabela 12.
Distribuição percentual das Pessoas maiores de 10 anos ocupadas residentes no meio rural, segundo o número de trabalhos por microrregiões*.
Mato Grosso, 1980, 1991 e 2000.

Microrregião	1980			1991			2000		
	somente 1 trabalho	2 ou mais trabalhos	Total	somente 1 trabalho	2 ou mais trabalhos	Total	somente 1 trabalho	2 ou mais trabalhos	Total
Aripuanã	96,5	2,4	1.574	96,4	3,6	17.119	97,5	2,5	28.573
Alta Floresta	99,5	0,2	2.518	97,3	2,7	20.400	96,7	3,3	24.533
Colider	98,7	1,3	1.211	98,0	2,0	31.805	97,2	2,8	33.369
Parecis	97,9	1,7	2.176	94,8	5,2	8.282	96,3	3,7	19.838
Arinos	95,8	3,5	1.995	97,2	2,8	12.915	96,3	3,7	20.707
Alto Teles Pires	97,6	1,5	2.293	97,3	2,7	12.455	96,8	3,2	34.101
Sinop	99,3	0,5	3.222	97,4	2,6	21.004	97,2	2,8	48.387
Paranatinga	95,8	2,8	2.504	97,7	2,3	5.128	98,0	2,0	7.069
Norte Araguaia	97,7	1,6	1.923	95,2	4,8	8.269	97,4	2,6	16.222
Canarana	98,2	1,5	2.852	95,9	4,1	13.942	96,9	3,1	22.021
Médio Araguaia	98,5	1,0	10.636	96,6	3,4	17.962	96,0	4,0	22.586
Alto Guaporé	98,8	1,1	2.395	96,6	3,4	10.414	97,9	2,1	13.940
Tangará da Serra	98,7	1,0	7.439	98,2	1,8	21.930	97,6	2,4	39.280
Jauru	96,0	3,1	9.534	96,5	3,5	23.496	97,6	2,4	26.852
Alto Paraguai	97,4	2,4	5.392	98,1	1,9	13.001	98,0	2,0	9.840
Rosário Oeste	98,7	1,3	3.284	97,7	2,3	5.035	97,8	2,2	5.326
Cuiabá	96,7	2,9	94.670	96,6	3,4	216.077	96,1	3,9	286.069
Alto Pantanal	98,2	1,6	14.723	97,2	2,8	26.867	96,3	3,7	33.899
Primavera do Leste	.	.	.	97,3	2,7	5.630	97,6	2,4	22.678
Tesouro	98,1	1,7	9.093	96,5	3,5	15.866	96,9	3,1	15.495
Rondonópolis	98,3	1,6	31.384	97,8	2,2	60.937	97,0	3,0	78.531
Alto Araguaia	97,4	2,3	3.721	95,9	4,1	6.543	97,8	2,2	8.101
Total	97,4	2,2	214.539	97,0	3,0	575.077	96,7	3,3	817.417

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

*Excluímos da tabela as categorias “sem declaração” e “ocupação mal definida” que juntas com os percentuais das demais categorias presentes na tabela somam 100%.

**Tabela 13. Distribuição percentual das pessoas maiores de 10 anos ocupadas residentes na área urbana, segundo o número de trabalhos*.
Mato Grosso, 1980, 1991 e 2000.**

Microrregião	1980			1991			2000		
	somente 1 trabalho	2 ou mais trabalhos	Total	somente 1 trabalho	2 ou mais trabalhos	Total	somente 1 trabalho	2 ou mais trabalhos	Total
Aripuanã	98,4	0,6	3.506	97,1	2,9	12.070	95,4	4,6	15.690
Alta Floresta	99,4	0,6	5.595	98,8	1,2	15.906	96,7	3,3	16.421
Colíder	99,4	0,4	11.082	99,0	1,0	25.880	98,2	1,8	18.794
Parecis	99,7	0,0	2.766	96,0	4,0	5.264	99,3	0,7	7.068
Arinos	80,1	19,8	5.718	96,3	3,7	7.074	99,2	0,8	8.243
Alto Teles Pires	99,2	0,8	1.959	98,7	1,3	8.058	98,7	1,3	10.262
Sinop	99,8	0,1	4.325	98,5	1,5	11.266	98,3	1,7	9.470
Paranatinga	98,5	1,0	4.947	99,6	0,4	3.966	97,3	2,7	3.374
Norte Araguaia	99,3	0,6	6.510	95,9	4,1	10.616	96,6	3,4	15.554
Canarana	99,0	0,9	7.113	98,7	1,3	9.879	98,0	2,0	10.503
Médio Araguaia	99,7	0,3	4.488	100,0	0,0	2.607	98,5	1,5	2.419
Alto Guaporé	98,0	1,7	4.812	97,8	2,2	7.968	96,9	3,1	9.680
Tangará da Serra	97,8	2,0	9.348	98,1	1,9	6.770	99,1	0,9	7.303
Jauru	98,7	1,2	20.945	95,5	4,5	17.125	97,0	3,0	12.959
Alto Paraguai	98,8	1,0	5.343	98,7	1,3	2.913	99,1	0,9	1.704
Rosário Oeste	98,5	1,4	5.390	99,8	0,2	3.869	98,9	1,1	5.136
Cuiabá	97,5	2,0	11.813	98,7	1,3	12.155	98,5	1,5	11.143
Alto Pantanal	99,1	0,7	12.480	97,5	2,5	11.760	98,2	1,8	12.938
Primavera do Leste	.	.	.	97,6	2,4	2.411	99,4	0,6	3.170
Tesouro	98,4	1,3	11.311	97,9	2,1	6.057	97,2	2,8	4.570
Rondonópolis	97,5	2,4	14.603	98,7	1,3	10.877	98,7	1,3	11.200
Alto Araguaia	98,5	1,3	2.113	99,3	0,7	1.846	99,6	0,4	1.706
Total	97,9	1,9	156.167	97,9	2,1	196.357	97,8	2,2	199.307

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

* Idem tabela 12.

Nas áreas urbanas, assim como acontece nas rurais, a maioria das microrregiões em 1980 apresentou menos de 2% de sua população ocupada com mais de um trabalho. Nos anos de 1991 e 2000, o número de pessoas nessa categoria de ocupação aumenta relativamente, apresentando percentuais em torno de 2% a 4% (Tabela 13).

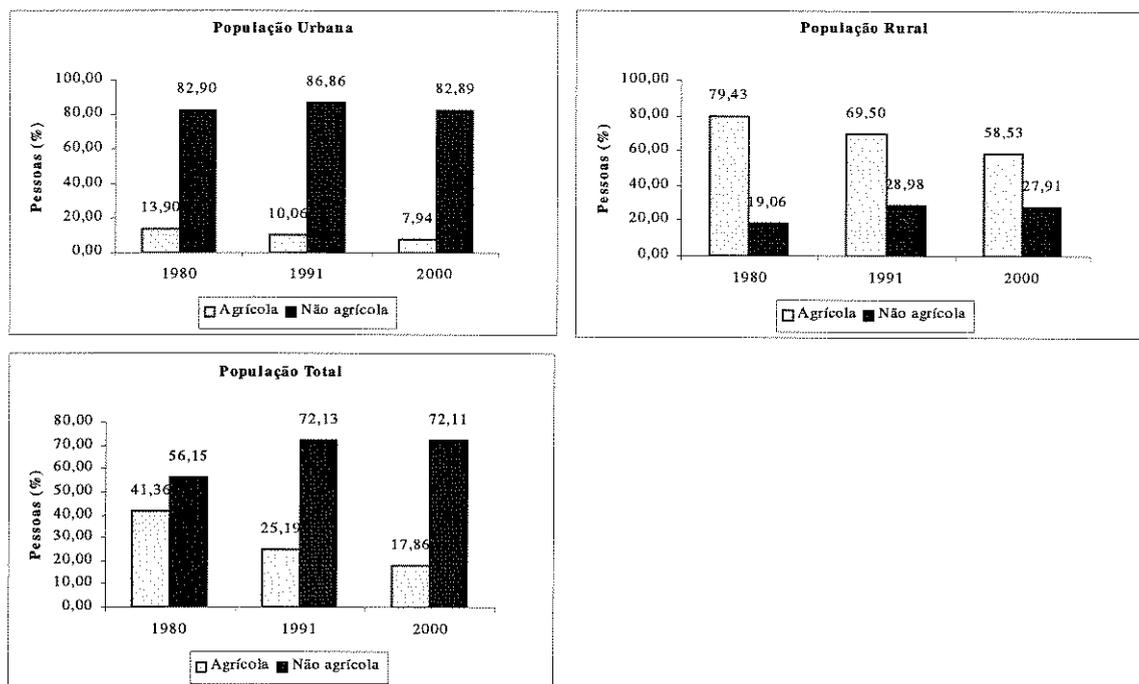
Ter mais de uma ocupação não parece ser uma tendência nas formas de ocupação da população dessa região, embora se perceba o crescimento relativo no setor terciário tanto no meio rural como no meio urbano. Podemos inferir que mesmo havendo expressões de formas ocupacionais em outros setores da economia na área rural, a pluriatividade (combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas) não aparece como expressão significativa, embora seja

significativo o aumento das atividades não-agrícolas e redução da atividade agrícola para o total do Estado, tanto em relação ao urbano quanto ao rural.

No Estado do Mato Grosso, do total de pessoas ocupadas em 1980, 41,4% praticava algum trabalho relacionado à atividade agrícola; em 1991, o número de pessoas que praticava alguma atividade agrícola decresceu para 22% e, no ano de 2000, para 17,9%. Nesse período, não houve aumento do número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas para o total de ocupação do Estado. Contudo, os diferenciais por situação de domicílio variaram bastante, sobretudo para as áreas rurais, onde, em 2000, quase 30% da população ocupada praticava atividades não-agrícolas.

Gráficos 13 a 15.

Evolução do número de pessoas ocupadas, segundo ramo de atividade. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

Em 1980, o percentual de pessoas ocupadas em atividades relacionadas à agricultura no meio rural representava 79,43% de sua população. Esse percentual decresce, em 1991, para 69,50% e, em 2000, para 58,53% (Tabela 14). Concomitante ao decréscimo das atividades agrícolas no meio rural, foi o crescimento das atividades não-agrícolas que, em 1980, representava 19,06% da população ocupada. No ano de 1991, o número de pessoas nessa categoria de ocupação cresce para 28,98% (variação percentual em torno de 50,6% entre 1980 e 1991) e sofre um ligeiro declínio no ano de 2000, onde o número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas passa para 27,91% do total da população ocupada no meio rural.

Tabela 14.
Evolução das pessoas ocupadas, residentes no meio rural, segundo ramo de atividade, por microrregião.
Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.

Microrregiões	1980			1991			2000		
	Agrícola	Não agrícola	Total	Agrícola	Não agrícola	Total	Agrícola	Não agrícola	Total
Aripuanã	57,8	40,4	3.506	66,9	30,8	12.067	65,4	20,6	15.689
Alta Floresta	82,1	16,1	5.610	71,1	28,4	15.905	69,7	20,2	16.419
Colíder	80,6	17,8	11.103	61,6	37,6	25.882	66,7	22,9	18.795
Parecis	68,3	32,0	2.772	59,2	38,2	5.264	48,8	29,6	7.069
Arinós	80,7	16,5	5.739	61,0	35,3	7.073	60,6	28,1	8.241
Alto Teles Pires	59,6	31,4	1.959	60,3	35,0	8.060	44,0	38,9	10.260
Sinop	63,5	33,9	4.361	32,8	59,1	11.265	22,7	50,5	9.470
Paranatinga	85,5	13,0	4.955	85,4	14,1	3.987	54,9	32,2	3.372
Norte Araguaia	69,0	29,1	6.529	77,7	21,9	10.613	62,3	25,1	15.555
Canarana	74,0	24,5	7.168	77,9	21,5	9.881	69,5	23,1	10.502
Médio Araguaia	81,0	18,5	4.498	81,7	18,3	2.607	67,0	23,9	2.418
Alto Guaporé	73,2	24,4	4.814	75,5	23,9	7.969	51,0	35,4	9.682
Tangará da Serra	88,8	10,6	9.365	80,6	18,9	6.769	55,0	22,2	7.304
Jauru	89,0	9,7	20.988	84,0	15,0	17.125	66,7	21,4	12.958
Alto Paraguai	70,5	28,9	5.350	66,6	33,4	2.913	62,2	22,8	1.705
Rosário Oeste	87,2	10,7	5.405	87,3	11,8	3.870	62,6	25,2	5.136
Cuiabá	73,7	25,2	11.853	65,3	33,2	12.155	44,6	38,6	11.144
Alto Pantanal	87,0	12,2	12.495	83,3	16,6	11.762	68,2	23,8	12.938
Primavera do Leste	.	.	.	69,4	30,6	2.410	56,1	32,0	3.171
Tesouro	71,1	27,7	11.366	69,6	29,8	6.058	61,4	29,0	4.571
Rondonópolis	84,1	14,4	14.627	69,8	29,4	10.878	48,1	36,3	11.200
Alto Araguaia	80,2	18,9	2.117	69,6	29,8	1.846	69,0	18,4	1.705
Total	79,4	19,1	156.580	69,5	29,0	196.359	58,5	27,9	199.304

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

Nas áreas urbanas, o número de pessoas ocupadas em atividade agrícola decresce entre os anos considerados. Em 1980, o número de pessoas ocupadas em atividade agrícola foi

em torno de 13,9% da população ocupada no urbano. Em 1991, este percentual passa para 10,1 e, em 2000, para 7,9% (Tabela 15).

Passa, então, a haver um decréscimo no número de pessoas ocupadas em atividade agrícola, durante os anos considerados, para todas as microrregiões. A intensidade deste decréscimo no meio rural é bem maior do que no meio urbano. As microrregiões do Estado, que mais contribuíram para a redução do emprego agrícola no meio urbano durante os anos considerados, foram as microrregiões onde estão os mais importantes centro urbanos e pólos regionais do Estado, bem como aquelas ocupadas pela agroindústria: Cuiabá, Sinop, Alto Teles Pires, Alto Guaporé, Alto Pantanal, Médio Araguaia, Rondonópolis, Rosário Oeste, Norte Araguaia e Jauru.

Tabela 15.
Evolução das pessoas ocupadas, residentes no meio urbano, segundo ramo de atividade, por microrregião.
Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.

Microrregiões	1980			1991			2000		
	Agrícola	Não agrícola	Total	Agrícola	lão agrícola	Total	Agrícola	Não agrícola	Total
Aripuanã	24,2	72,5	1.582	13,8	82,6	17.117	13,2	74,8	28.572
Alta Floresta	12,7	84,5	2.530	10,1	88,1	20.398	12,0	78,5	24.535
Colider	22,4	75,4	1.211	10,0	87,8	31.806	12,8	77,8	33.369
Parecis	23,1	74,6	2.187	10,3	87,4	8.282	11,3	77,7	19.839
Arinos	28,2	66,4	2.000	14,3	80,5	12.913	12,7	77,2	20.705
Alto Teles Pires	27,0	59,8	2.302	16,4	80,4	12.456	9,8	80,6	34.104
Sinop	12,5	83,0	3.225	5,2	89,5	21.004	4,1	80,2	48.388
Paranatinga	40,8	54,2	2.520	31,6	66,4	5.130	21,1	70,7	7.069
Norte Araguaia	34,9	63,0	1.923	21,6	75,9	8.269	15,6	77,5	16.222
Canarana	26,2	69,3	2.894	22,6	73,6	13.941	16,8	75,7	22.021
Médio Araguaia	11,8	85,5	10.897	11,6	86,3	17.963	7,1	84,9	22.585
Alto Guaporé	42,9	53,8	2.395	17,1	79,5	10.413	10,4	81,9	13.942
Tangará da Serra	28,7	69,9	7.493	18,9	78,3	21.929	12,6	78,5	39.281
Jauru	31,0	67,1	9.625	21,1	75,3	23.496	14,2	78,1	26.855
Alto Paraguai	11,6	86,2	5.394	6,9	92,6	13.001	13,1	80,7	9.841
Rosário Oeste	40,9	51,9	3.318	19,2	77,7	5.035	12,9	72,5	5.326
Cuiabá	4,1	92,5	96.270	3,1	93,1	216.076	1,8	90,1	286.069
Alto Pantanal	20,5	76,5	14.789	13,3	85,0	26.867	9,5	80,9	33.900
Primavera do Lest	.	.	.	13,3	84,8	5.630	12,0	78,8	22.677
Tesouro	21,6	75,1	9.166	14,5	83,4	15.866	19,9	73,9	15.493
Rondonópolis	17,3	80,2	31.633	13,9	84,0	60.937	8,5	81,8	78.532
Alto Araguaia	20,1	76,1	3.725	18,7	79,9	6.543	15,9	76,5	8.099
Total	13,9	82,9	217.079	10,1	86,9	575.072	7,9	82,9	817.424

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

No meio rural, a maioria das microrregiões do Estado apresentou número de população ocupada em atividade agrícola acima de 70%, em 1980. Em 2000, esses percentuais se situam abaixo de 70%. As microrregiões do Estado, que mais contribuíram para a redução do emprego agrícola no meio rural, são também aquelas que contribuíram para a sua redução meio urbano (Tabela 14), com destaque para Sinop, Cuiabá, Alto Teles Pires, Rondonópolis e Parecis.

A evolução do crescimento das ocupações em atividades não-agrícolas no meio rural, de acordo com os dados da Tabela 14, mostra que a intensidade desse processo foi muito maior se compararmos a redução da atividade agrícola nessas áreas. Em 1980, todas as microrregiões tinham menos de 19% de sua população ocupada em atividade não-agrícolas. Em 2000, todas as microrregiões apresentaram mais de 20% de sua população ocupada nesse ramo de atividade. Em algumas microrregiões, a variação percentual no crescimento da população ocupada, entre 1980 e 2000, ultrapassou 100%.

Rondonópolis foi a microrregião do Estado que mais cresceu o número de sua população ocupada em atividades não-agrícolas no meio rural. Em seguida, vem Paranatinga, Rosário do Oeste, Jauru e Tangará da Serra. Todas essas microrregiões mais que dobraram sua população rural ocupada em atividades não-agrícolas, dadas as suas localizações no sul, centro sul do Estado, dados, que podemos dizer, são coerentes com as características de ocupação do Estado, cuja região já se apresenta como mais dinâmica do ponto de vista das funções dos pólos mais urbanizados.

O histórico de ocupação recente do Mato Grosso deve ser compreendido dentro do próprio processo de ocupação do Centro-Oeste, onde o Estado foi o principal investidor em políticas públicas. O deslocamento da agroindústria para o Centro-Oeste é motivado por

vários fatores aí relacionados, ou seja, pelas motivações dos grandes incentivos fiscais, pela busca de maior competitividade, e de ganhos em escala facilitados pela disponibilidade de matéria (em quantidade e qualidade), pelos menores custos de mão de obra e pela facilidade de escoamento, através do corredor de transporte intermodal (hidrovias, ferrovias e rodovias) Basaldi (2000).

De acordo com Basaldi (2000), no meio rural goiano, tanto a redução da atividade agrícola, como o crescimento das atividades não-agrícolas estão diretamente relacionados ao desmanche político de abertura comercial dos anos de 1990, assim como da continuidade do processo de “modernização conservador” que liberou muita mão de obra das atividades agrícolas. Contudo, o crescimento das atividades não-agrícolas é inferior à redução das atividades agrícolas e a tendência é aumentar o desemprego nessas áreas uma vez que o tipo de ocupação predominante tende cada vez mais a liberar mão de obra das áreas rurais.

O mesmo pode ser dito a respeito do rural de Mato Grosso, que como vimos, a redução das atividades não-agrícolas nessas áreas é mais intenso do que o aumento das atividades agrícolas que vem surgindo no decorrer dos anos observados. Contudo, as características por tamanho de município, entre outras, como a própria primazia do setor primário, o distanciamento das regiões e municípios, o tipo de família, atestam a fundamental importância do interesse na agricultura familiar (não necessariamente pluriativa). O desenvolvimento do meio rural só será possível, se forem abandonados os tradicionais modos de ver o rural, cujas consequências são políticas públicas ineficazes, porque, marcadas por um processo em que a corrupção e a violência aos direitos humanos são preponderantes, sobretudo, em se tratando de áreas que carregam as características de fronteira agrícola.

4. 2. Aspectos migratórios entre o rural e o urbano de Mato Grosso.

A migração será definitiva quando a festa também migrar. Quando o reencontro desses dois momentos se der no mesmo espaço e a festa camponesa, anual do padroeiro, sair do seu ciclo cósmico e entrar no ciclo linear do descanso semanal remunerado, do cinema, do futebol.

José de Souza Martins

Com análise de alguns fluxos migratórios, relacionando-os às demais características sobre a população de Mato Grosso abordadas neste trabalho, buscamos apreender elementos que contribuam para a compreensão do movimento populacional entre as áreas urbana e rural, procurando, ao mesmo tempo, circunscrevê-las às demais características obtidas nos demais capítulos, sendo possível assim retratar algumas características das articulações entre o rural e o urbano estadual. Dentro do Movimento intra-estadual⁵, serão analisados os processos de emigração e imigração entre as áreas rurais do Estado, por idade e sexo e os diferenciais entre as microrregiões. Neste processo, há importantes indicativos do crescimento do número de mulheres nos deslocamentos intra-estadual, sobretudo daqueles que têm origem as áreas urbanas em direção as áreas rurais, que no ano de 2000, ultrapassou o número de homens.

Conforme Silva (1989), o avanço da ocupação populacional no Brasil nos últimos 40 anos, é bastante demarcada pelas mudanças de trajetória regional, as quais acompanham a ocupação progressiva das diversas áreas brasileiras ao processo produtivo, determinante principal da ascensão, estabilidade ou declínio do crescimento populacional dessas regiões. De acordo com o autor:

⁵ Tanto o Censo Demográfico de 1991 quanto o Censo Demográfico de 2000 permitem que se capte, em nível estadual, tanto o migrante em termos de sua “última residência” quando com relação à sua “residência 5 anos antes” do recenseamento. Contudo, para análise regional, no caso do Censo de 80, não é recolhida a informação “residência 5 anos antes”. Neste caso utilizamos o tempo de residência menor de 5 anos, através do quesito “última residência”.

Década após década o fenômeno do crescimento demográfico vem se deslocando pelo território nacional num movimento ondulante que percorre as regiões da direita para a esquerda, começando pelo nordeste, onde se manifesta na década de 40. Atinge as regiões sul durante os anos 50 e chega ao Centro-Oeste na década seguinte. Fecha o percurso ao atingir a área norte do Brasil na década de 70 (p. 9).

As migrações internas passaram a ter maior representatividade no país com a crise de 30, marcada por transformações políticas e pela crise do modelo econômico vigente (primário-exportador). Contexto em que o café vai perdendo força no mercado e a mão de obra excedente sai em busca de novas oportunidades nas cidades. Além disso, intensificam os fluxos migratórios para as fronteiras agrícolas que foram explicitamente incentivadas através de políticas governamentais, sobretudo a partir dos anos 60 e 70, como já nos referimos anteriormente, onde contextualizamos o caso do Mato Grosso. As migrações internas no país, a partir da década de 60, apresentavam duas vertentes migratórias: uma em direção às fronteiras agrícolas e a outra vertente em direção às áreas urbanas (BAENINGER, 2000).

É nesse período também, que surge, no Brasil, uma maior diversificação de fluxos migratórios, sobretudo nas décadas de 80 e 91. A intensificação de algumas formas de mobilidade populacional, está relacionada ao conjunto de transformações sócio-espaciais, tecnológicas, econômicas, políticas e demográficas que ocorreram no país, evidenciando-se outras formas de distribuição populacional, do que aquelas verificadas nas décadas anteriores. O processo de intensificação da urbanização, a tecnificação da agricultura e industrialização do país iniciadas na década de 60, através de subsídios e incentivos do Estado, provocaram maciços fluxos migratórios de populações de áreas rurais em direção à cidade e às áreas de fronteira agrícola.

As migrações para as áreas metropolitanas resultaram no crescimento das grandes cidades brasileiras e na redução da população rural. Durante os anos 70, Baeninger (2000), entre outros autores, indica o início de “reversão” do processo de concentração econômica e social, especialmente para a região Sudeste, que já na década de 80 se faz refletir na intensificação de algumas formas de deslocamentos populacionais, como as migrações intra-regionais em detrimento das migrações de caráter inter-regional, a migração de retorno etc. Nesse processo, acentuam-se as migrações de curta distância.

De acordo com Patarra e Pacheco (1992), esses movimentos populacionais não constituem novidades sem precedentes, uma vez que se acompanharmos o processo de expansão e consolidação do capitalismo nos Estados Unidos, países da Europa e outros em desenvolvimento, verifica-se a recorrência desses movimentos. O que mudam são as condições históricas, econômicas, culturais e políticas que estiveram subjacentes à predominância de algum tipo de deslocamento populacional.

Portanto, é nesse contexto de transformações nos aspectos estruturais da sociedade, assentado em outras bases de organização da produção econômica - novas referências espaços temporais - propiciadas pelo avanço da tecnologia e da organização da produção que características importantes das formas de deslocamento populacional são apresentadas sob novas bases.

De acordo com Silva (1989), no comportamento migratório do Estado do Mato Grosso, particularmente para as áreas rurais, verifica-se padrões distintos de ocupação entre os anos de 1970 e 1980. No primeiro decênio, toda faixa sul do território mato-grossense exibe como principal característica a redução da população rural determinada por mudanças do padrão produtivo a partir de meados de 1970.

De acordo com o autor, é a partir de 1975 que se intensificam o uso de técnicas modernas de produção agrícola e especialização de culturas que, associadas à já relevante pecuarização do setor, resultaram em expressiva redução da demanda por força de trabalho. O autor aponta as dificuldades de sustentação da população no campo, uma vez que, esse padrão de ocupação se estende para as demais faixas territoriais. Embora no norte mato-grossense, nesse período a migração com destino rural ainda apresente saldos migratórios positivos, percebe-se uma acelerada deterioração da capacidade de retenção da população em todo o espaço situado a nordeste do Estado, cujo modelo de ocupação se centrou na pecuária e no latifúndio.

Em 1980, do total de migrantes do Estado (Tabela 16), 52,74% residiam nas áreas urbanas. Contudo podemos indicar que sem as microrregiões de Cuiabá e Médio Araguaia, o peso da migração urbana nesse período ainda foi menor do que a rural. Contudo, esse tipo de migração tende a diminuir nos anos seguintes, como já era de se esperar, dando lugar à migração urbana. Em 1991, este percentual passa para 69,55% e, em 2000, para 75,21%, indicando o processo de urbanização da população. O total de migrantes que residiam nas áreas rurais decresce em cada Censo, chegando a 24,79% em 2000. Contudo, a migração rural (tanto no que se refere à emigração quanto à imigração) se expressa de diferentes modos, quando olhada por microrregião, por sexo e por idade.

Tabela 16.
Distribuição percentual da população migrante segundo situação de domicílio atual, por microrregião.
Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.

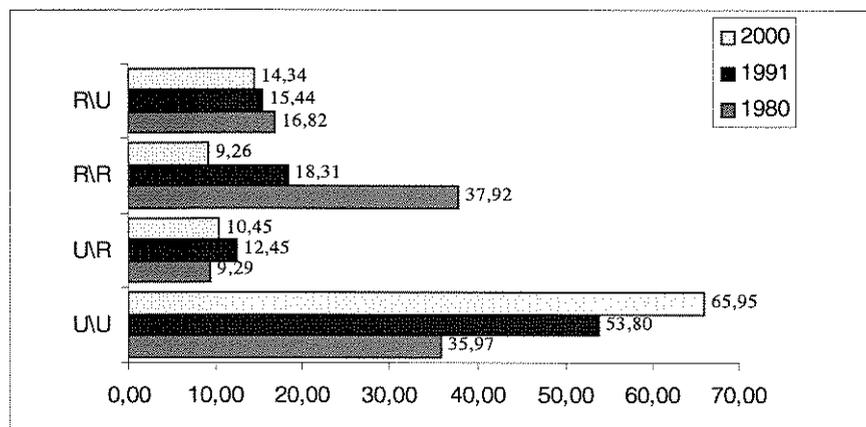
Microrregião	1.980			1.991			2.000		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Aripuanã	28,56	71,44	11.679	55,61	44,39	26.217	59,43	40,57	39675
Alta Floresta	28,31	71,69	21.493	60,93	39,07	24.293	58,36	41,64	27882
Colider	8,67	91,33	26.510	63,05	36,95	50.012	66,24	33,76	41630
Parecis	30,54	69,46	6.876	51,58	48,42	13.725	74,58	25,42	31566
Arinos	25,21	74,79	14.330	62,73	37,27	11.216	65,09	34,91	23838
Alto Teles Pires	43,22	56,78	5.498	53,89	46,11	21.411	72,41	27,59	54357
Sinop	43,07	56,93	15.553	57,28	42,72	29.157	81,14	18,86	63288
Paranatinga	27,36	72,64	8.198	48,49	51,51	3.780	65,15	34,85	7580
Norte Araguaia	16,92	83,08	5.762	37,25	62,75	14.681	41,51	58,49	36435
Canarana	35,65	64,35	13.771	56,81	43,19	17.665	67,99	32,01	27903
Médio Araguaia	71,16	28,84	10.664	81,68	18,32	10.980	87,27	12,73	15767
Alto Guaporé	35,03	64,97	6.698	50,29	49,71	14.189	52,26	47,74	19942
Tangará da Serra	42,03	57,97	16.111	78,64	21,36	15.101	85,38	14,62	38553
Jauru	36,49	63,51	23.618	61,01	38,99	22.122	62,06	37,94	23769
Alto Paraguai	44,64	55,36	8.382	80,22	19,78	5.152	71,27	28,73	5716
Rosário Oeste	56,58	43,42	2.015	60,16	39,84	1.935	47,22	52,78	4780
Cuiabá	93,24	6,76	86.448	96,66	3,34	97.325	95,33	4,67	149531
Alto Pantanal	55,70	44,30	7.459	77,00	23,00	9.867	65,23	34,77	19327
Primavera do Leste				68,73	31,27	10.252	86,82	13,18	33597
Tesouro	40,31	59,69	8.356	61,04	38,96	8.326	67,08	32,92	10580
Rondonópolis	67,20	32,80	30.912	77,47	22,53	29.229	79,12	20,88	52546
Alto Araguaia	65,64	34,36	3.658	66,31	33,69	4.164	81,15	18,85	5683
Total	52,74	47,26	333.991	69,55	30,45	440.797	75,21	24,79	733945

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

Os movimentos, segundo situação de domicílio anterior e atual para o total do Estado, são ilustrados no gráfico 16. Podemos observar que houve redução significativa dos processos migratórios de origem e destino rural assim como diminuem também os percentuais relativos às migrações com origem rural e destino urbano para todos os anos considerados, respectivamente. Os fluxos migratórios, que representaram maior crescimento relativo, foram aqueles com origem e destino urbanos, chegando a 65,95%, em 2000.

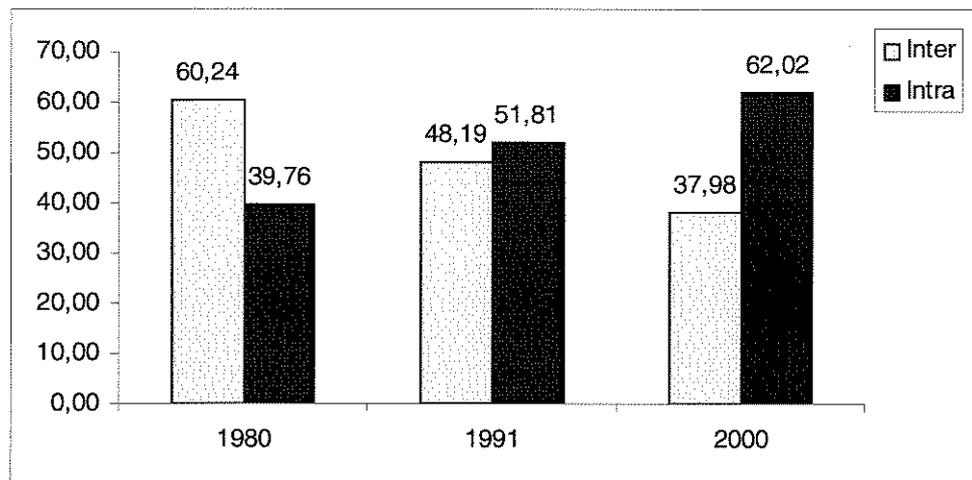
As observações confirmam as questões anteriormente feitas sobre as poucas possibilidades de constituição da força de trabalho no campo e do lugar para o desenvolvimento econômico com base na pequena propriedade, o que leva ao aumento dos fluxos migratórios para os centros urbanos regionais.

Gráfico 16.
População migrante por situação de domicílio anterior e atual.
Estado do Mato Grosso. 1980, 1991, 2000.



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

Gráfico 17.
Distribuição percentual da população migrante inter e intra-estadual.
Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.

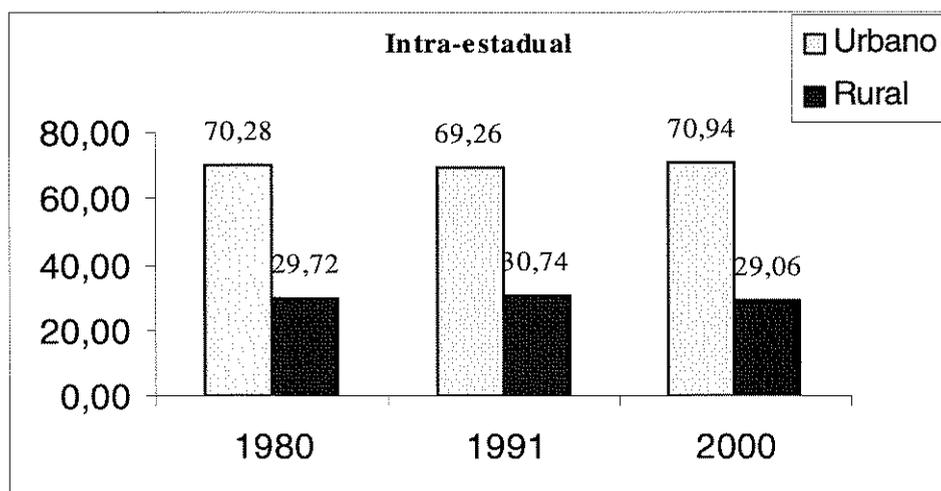


Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

Gráfico 18.

Distribuição percentual da população Migrante intra-estadual, por situação de domicílio.

Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

Para o total do Estado, os dados sobre migração intra-estadual por situação de domicílio mostram que a migração com destino urbano foi superior a migração com destino rural em todos os anos observados, apresentando percentuais em torno de 70% da população total como era previsto, uma vez que o processo de urbanização do Estado apresenta-se muito intenso entre 1970 e 2000.

A imigração rural intra-estadual ganha maior peso relativo no decorrer dos anos observados. Enquanto esse deslocamento cresce dentro do próprio Estado, ele diminui em relação ao Centro-Oeste e para outros Estados. Do total de imigrantes rurais do Estado do Mato Grosso (Tabela 18) em 1980, 24,96% correspondeu à migração intra-estadual. Em 1991, esse percentual correspondeu a 52,82% e em 2000 a 58,55%, dados que sugerem a importância dos movimentos intra-estaduais no processo de ocupação do Mato Grosso, em particular da fronteira de um modo geral.

Tabela 17.

Distribuição percentual da população rural emigrante do Estado do Mato Grosso, segundo região de destino. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.

Destino	1.980	1.991	2.000
Mato Grosso	61,87	59,59	71,14
Centro-Oeste	5,75	8,05	7,63
Outros Estados	32,38	32,35	21,23
Total	110.080	104.090	85.806

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

Tabela 18.

Distribuição percentual da população rural imigrante, segundo região de origem (%). Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.

Origem	1980	1991	2000
Mato Grosso	24,96	52,82	63,29
Centro-Oeste	15,16	15,88	9,61
Outros Estados	59,88	31,29	27,83
Total	155391	96385	113.858

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000.

O volume de migrantes que buscam as áreas rurais do Estado aumenta no decorrer dos anos observados, exceto no ano de 1991, período em que decresce. Em 1980, o Estado teve um total de 155 mil imigrantes rurais; em 2000 o volume imigratório intra-estadual para as áreas rurais foi em torno de 113 mil. Certamente, estes dados merecem ser mais explorados, pois apresentam um volume não esperado para o ano de 2000, uma vez que as formas de ocupação da “frente de expansão” se esvaem diante das transformações que têm ocorrido no Estado. Contudo, podemos supor que esse forte incremento na migração intra-estadual com destino rural esteja associado à imigração para as regiões mais urbanizadas do Estado. De acordo com os dados sobre a imigração rural intra-estadual por microrregiões (Tabela 19) no ano de 2000, as microrregiões que mais se destacaram foram, Cuiabá, com participação

percentual em torno de 23,96%, Sinop com 10,55%, Alto Teles Pires e Rondonópolis com percentuais em torno de 6%.

Dentro da migração intra-estadual, as microrregiões que mais receberam migrantes rurais foram, em geral, aquelas com características de pólos regionais e funções urbanas mais desenvolvidas, localizadas ao sul e sudoeste do Estado; situação que nos faz supor, que talvez exista uma correlação com a “expansão urbana”, cuja informação não é abarcada pelas pesquisas dos Censos Demográficos, em função das delimitações administrativas do que é urbano e rural. Em estudo sobre o crescimento das áreas rurais em São Paulo, Cunha e Rodrigues (2001) mostram que crescimento da população rural desse Estado esteve relacionado à expansão urbana, dados que ficam “escamoteados” em função da informação censitária disponível⁶.

Em 1980, tiveram destaque no crescimento relativo da população nas áreas rurais, a microrregiões de Jauru, Rondonópolis, Cuiabá e Alto Paraguai. Essas características tendem a se manter, sendo que, em 2000, as microrregiões que se destacaram nesse tipo de migração foram Cuiabá e Sinop.

Dadas essas características, é possível dizer que as migrações para as áreas rurais estão correlacionadas ao crescimento das atividades no setor terciário e ao aumento das atividades não-agrícolas. Outro fator, que nos ajuda a inferir isso, é o crescente aumento do número de mulheres nesse tipo de migração que pode, também, está relacionado ao aumento das atividades não-agrícolas no meio rural. Dada a intensidade desse fluxo e a implantação de projetos de assentamentos em quase todas as regiões do Estado, podemos inferir que o fato

⁶ Neste estudo, os autores verificam que a categoria censitária “Aglomerado Rural de Extensão Urbana” apresentou incremento relativo em todas as regiões metropolitanas brasileiras entre 1991 e 1996.

das pessoas viverem no áreas urbanas não significa que deixaram de pretender o rural como forma de ocupação.

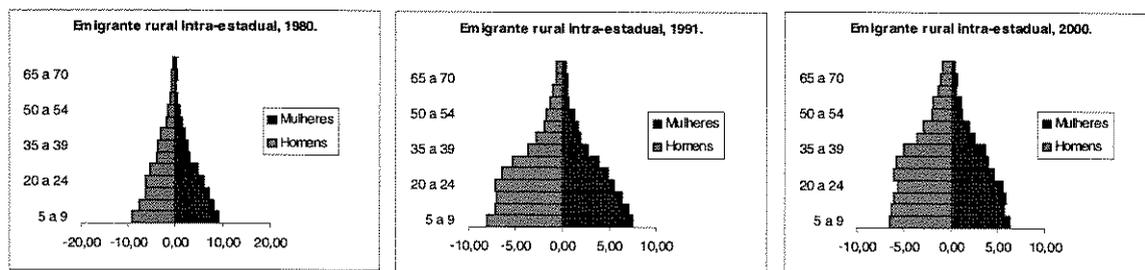
Tabela 19.
Distribuição percentual da população imigrante rural intra-estadual, por microrregiões. Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.

Microrregiões	1980	1991	2000
	%	%	%
Aripuanã	8,29	7,58	4,04
Alta Floresta	2,72	4,30	2,91
Colider	4,41	13,86	4,99
Parecis	1,75	4,45	4,83
Arinos	4,50	3,10	2,83
Alto Teles Pires	1,99	6,39	6,97
Sinop	2,25	9,01	10,55
Paranatinga	8,14	0,72	1,13
Norte Araguaia	2,30	6,85	1,95
Canarana	5,97	6,61	3,72
Médio Araguaia	0,64	1,26	2,53
Alto Guaporé	4,51	7,25	1,90
Tangará da Serra	5,39	2,11	5,43
Jauru	10,94	9,00	3,31
Alto Paraguai	7,60	1,04	0,98
Rosário Oeste	1,69	0,52	0,63
Cuiabá	8,51	3,43	23,96
Alto Pantanal	3,18	1,47	2,62
Primavera do Leste	0,00	2,52	6,01
Tesouro	5,29	3,44	1,42
Rondonópolis	9,50	4,43	6,58
Alto Araguaia	0,45	0,66	0,70
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

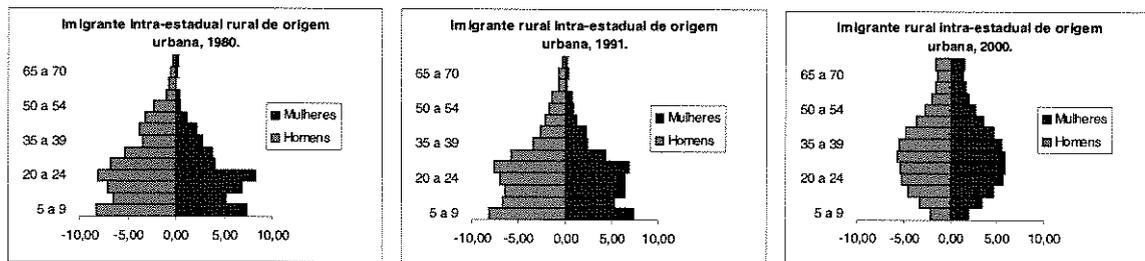
Os dados sobre imigração rural por sexo e idade, tanto de origem urbana como de origem rural, apresentam padrões parecidos nos anos observados (gráficos 22 a 27), exceto para a década de 1990 em que se observa maior intensidade da mudança de perfil etário no padrão migratório, verificando-se indicações de que a imigração de caráter familiar cede lugar à imigração de pessoas sozinhas em idades produtivas.

Gráficos, 19, 20 e 21.
Emigração rural intra-estadual por sexo e idade.
Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.



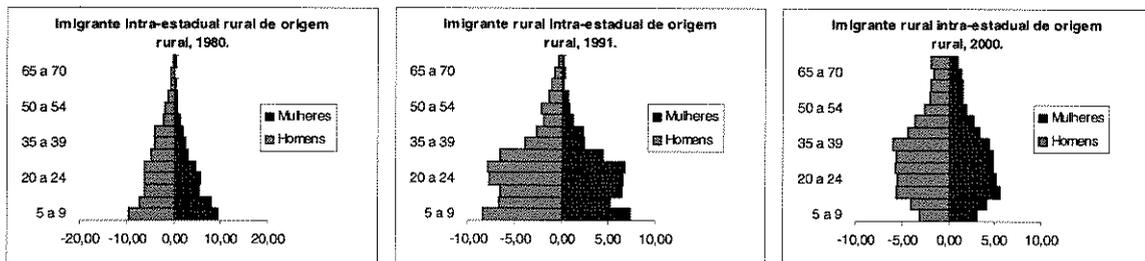
Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

Gráficos 22, 23 e 24.
Imigrantes rurais de origem urbana, segundo a migração intra-estadual, por sexo e Idade.
Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

Gráficos 25, 26 e 27.
Imigrantes rurais de origem rural segundo a migração intra-estadual, por sexo e Idade.
Mato Grosso, 1980, 1991, 2000.



Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos do Estado do Mato Grosso, 1980, 1990 e 2000

A redução no caráter familiar nesse tipo de migração está relacionada ao próprio processo de ocupação do Estado cuja redução da migração inter-estadual e expressivo crescimento da migração intra-estadual, assim como as mudanças no perfil etário da população imigrante, refletem a arrefecimento das possibilidades de ocupação do rural pela frente expansão demográfica.

Os dados sobre emigração rural intra-estadual, para a década de 90, ainda apresentam uma tendência familiar, embora haja expressivo crescimento relativo da saída de jovens com predominância dos homens, como era de se esperar, uma vez que, como vimos, o número de homens nessas áreas é muito superior ao de mulheres. Vale chamar atenção para o número de mulheres que tiveram importante crescimento relativo nesse tipo de migração.

De acordo com Camarano e Abramavay (1998), é preciso olhar para as conseqüências da migração diferencial na composição etária e por sexo do êxodo rural, e como ela incide sobre a população que habita o campo. Esses problemas não são privilégios do Brasil, ao contrário, há inúmeras políticas públicas na Europa e nos Estados Unidos voltados ao povoamento do meio rural, cujas expressões mais importantes de seu declínio é a masculinização e o envelhecimento de sua população. Os autores argumentam que, nos últimos anos, a migração de retorno de populações aposentadas e com um bom nível de renda, nesses países, tende a inverter esses processos de desagregação. No entanto, os autores dizem que a ausência de jovens e a desproporção entre os sexos acabam por comprometer as próprias chances da retomada do crescimento no campo. Os motivos apontados pelos autores para que a emigração rural se configure desse modo, ou seja, com predomínio da saída de uma população predominantemente jovem e feminina (os autores indicam que, para total do país as mulheres saem mais das áreas rurais do que os homens) deve ser explicado através de

pesquisas qualitativas e localizadas. Contudo, apontam algumas suposições, uma delas, é que essa configuração da emigração rural esteja relacionada ao acesso aos serviços básicos de cidadania, especialmente, à formação educacional, que como é sabido, para o Brasil em geral, são bem mais precárias nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. Resta saber, colocam os autores, se com o desenvolvimento rural e o acesso aos bens e serviços oferecidos nessas áreas haverá a facilitação da “fixação” da população no campo, especialmente da população jovem.

Uma das transformações de abordagem na explicação dos processos migratórios para os centros urbanos, para os últimos anos é que estes não possuem mais estrutura social e econômica para receber os migrantes. Podemos supor que, em muitos casos, entre a miséria no campo e a miséria na cidade, esta parece ser uma opção “mais suportável” do que aquela, uma vez que as zonas urbanas oferecem uma maior diversidade de formas alternativas e informais de adquirir algum tipo de renda para o migrante, o que significa que diante da oportunidade de ocupação na produção agrícola (ou não) no meio rural, onde haja também a oferta de serviços sociais eficientes, etc. muitas pessoas não hesitariam em voltar para essas áreas, especialmente para a produção agrícola familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados sobre características do domicílio, elaboramos uma análise sobre a evolução do grau de urbanização estadual, o crescimento da população rural e a importância de cada microrregião relativa à participação da população rural na população total estadual. Embora com a redução da intensidade, verifica-se no decorrer dos anos analisados, maior crescimento das áreas urbanas do Estado em detrimento das áreas rurais, sobretudo em decorrência do movimento migratório intra-estadual.

Observa-se também a composição da população por idade e sexo nos três momentos do levantamento dos censos demográficos, podemos ver que o número de homens em todos os anos observados é bem maior do que o de mulheres, havendo mais saída de homens das áreas rurais, sobretudo nas idades jovens. Contudo, apresentando maior crescimento nos deslocamentos de mulheres das áreas urbanas para as áreas rurais, principalmente para o ano de 2000.

Com a inserção das pessoas nas atividades econômicas, considerando a População Economicamente Ativa (PEA) ocupada nos setores primários, secundário e terciário, é possível notar que, embora o setor primário seja primordialmente mais importante, houve uma redução das ocupações deste setor e um aumento relativo das ocupações no setor terciário. Com a análise dos ramos de ocupação (agrícola, não-agrícola) das áreas rurais, percebe-se a tendência ao remanejamento das atividades produtivas para outras atividades, com a redução do número de ocupações agrícolas e crescimento de ocupações não-agrícola, seguindo as tendências das expressões dos setores da economia para as áreas rurais do Estado.

A partir das considerações sobre migração elaboradas segundo situação de domicílio anterior e atual na área urbana e rural segundo os movimentos inter e intra-estaduais,

reconhecemos que, em termos relativos, crescem os fluxos migratórios dentro do próprio Estado, à medida que diminuem as migrações interestaduais. No processo migratório intra-estadual, a imigração rural de origem urbana é superior à imigração rural de origem rural, sendo que quem mais sai das áreas urbanas para as rurais são os jovens com predominância das mulheres em alguns grupos etários para o ano de 2000. O fluxo emigratório das áreas rurais é composto de uma população ainda mais jovem.

Em suma e de modo geral, o rural do Estado, dentro dos limites deste trabalho, apresentou como principais características o arrefecimento do crescimento demográfico para o total do Estado, caracterizando-se pela expansão das áreas urbanas, predominância de pequenos municípios, com concentração da população nas cidades do Estado com mais de 100 mil habitantes, maior dinamismo das migrações no âmbito intra-estadual, preponderância de idade cada vez mais jovem no processo migratório (sobressaindo o gênero masculino no âmbito do rural, com ênfase para as idades mais velhas), redução das ocupações em atividades agrícolas e ampliação relativa das ocupações nas atividades não-agrícolas, ascensão do número de mulheres no processo de migração urbano rural para o ano de 2000, além das transformações no dinamismo demográfico regional, onde as regiões que ainda recebem maior número de população rural seriam aquelas cujas características são de caráter mais urbano.

Desse modo, podemos afirmar que o rural mato-grossense já possui características que o conformam como um espaço mais amplo do que aquele delimitado pelas tradicionais atividades agropecuárias, as quais tendem a ter relativamente menor representatividade em termos de ocupação de mão-de-obra e de geração de renda para as pessoas ocupadas. A principal característica desse tipo de atividades é que, longe de resolver o problema do

emprego na zona rural, apresenta uma menor capacidade de absorção da população; essa, por sua vez, tende a buscar nas áreas urbanas possibilidades de reprodução social.

Conforme Cunha (2004), a categoria de ocupação que mais reduziu no processo de inserção do migrante no Estado do Mato Grosso entre os anos de 1970 a 1980 foi a de “autônomo ou conta própria” que absorvia 30% dos migrantes na década de 70 e, em 1980, esse percentual representava apenas 13%. De acordo com Silva (1989), a evasão da população rural resulta, em maior magnitude, da concentração de um determinado tipo de propriedade, a camponesa; pois, é nessa categoria que se concentra, geralmente maior parcela do emprego rural.

Tendo em vista as características da ocupação do Estado mato-grossense, torna-se evidente as contradições na relação entre o papel das políticas de assentamentos e colonização e das formas de ocupação econômica voltadas para a produção em grande escala, excluindo o pequeno proprietário dos investimentos da produção. De acordo com o que foi mostrado, essa frente de ocupação se intensifica a partir da década de 70, gerando profundas transformações no padrão produtivo e social do Estado. Processo marcado pela corrupção, pelos conflitos e pela violência dessas frentes de ocupação, na luta pela posse da terra, engendrado por características como incentivos fiscais excludentes (para o pequeno proprietário), modernização da agricultura com grandes impactos no aproveitamento das áreas de cerrado, expulsão dos colonos assentados e da população nativa (índios e posseiros) etc.

Nas discussões sobre o desenvolvimento rural, uma das principais questões colocadas por Silva (1999) é a integração entre uma política de desenvolvimento local com base na participação e gestão democrática da população rural e a reforma agrária como mecanismo de fortalecimento das novas necessidades que configuram o rural brasileiro nos

últimos anos. É necessário portanto, uma política setorial integrada e preocupada em garantir o bem-estar social de sua população, incluindo nas formulações políticas de intervenção a valorização de sua história local e a exploração e valorização de seus recursos naturais e ecológicos.

No caso do Mato Grosso, podemos dizer que suas áreas rurais, uma boa parte ocupada pela pecuária extensiva e agricultura mecanizada, apresentam baixa densidade demográfica, acessibilidade mínima aos serviços sociais básicos quando não inexistente, dificuldades de inter-relação com os centros urbanos devido às grandes distâncias que os interpõem, conforme ilustrado nas entrevistas referentes à pesquisa de campo supracitada, especificamente na parte inicial desta dissertação. Nessas áreas ainda predomina a figura do agricultor familiar, caracteristicamente habitante do campo, lugar de habitação e produção da própria subsistência. Nestas condições, em que sabidamente, o poder local está nas mãos de pequenos grupos de interesse, fica patente a necessidade de medidas políticas que possam ser tomadas em prol dessa figura (a do pequeno proprietário) de forma que passe a ter mais autonomia em relação às ações dos grandes proprietários instalados nos moldes capitalistas modernos nessas áreas e a população camponesa tenha garantido o acesso aos serviços a que têm direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: UCITEC/ANPOCS, Editora da UNICAMP, 1991. (Estudo Rural, 12).

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Trabalho apresentado no seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Fortaleza, 1998.

ABREU, Lucimar Santiago de. Uma Análise Crítica Sobre a Definição e Classificação do Público do PRONAF. In: CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G (eds). **O Novo Rural Brasileiro: Políticas Públicas**. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000, vol.4.

ANDRADE, Manoel Pereira de. **Estrutura Fundiária e Distribuição da Renda na Agricultura Matogrossense**. Piracicaba: ESALQ, 1989, p. 201 (Dissertação Mestrado).

BAENINGER, R. **Balanco das Características e tendências da Rede Urbana no Centro-oeste**. In: *Anais do II Encontro de Demografia da Região centro-oeste e Tocantins*, 28 e 29 de junho de 2000. (Cadernos de Demografia, 13).

BAENINGER, R. **Novos Espaços da Migração no Brasil: Anos 80 e 90**. In: Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, 2000. Vol. 1.

BAENINGER, R. “A População do Centro-Oeste segundo o Censo 2000”. In. HOGAN, Daniel Joseph et al (org.). **Migração e Ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de estudos de População/UNICAMP, PRONEX, 2002.

BASALDI, Otávio Valentim. Evolução das Ocupações Não-Agrícolas No Meio Rural Goiano: 1981-1997. In: CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G (eds). **O Novo Rural Brasileiro: Políticas Públicas**. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000, vol.4.

BECKER, Bertha. K. **Fronteiras Amazônicas no Início do Século XXI**. Paper apresentado no Seminário de Mudanças Ambientais Globais, 2001.

BERQUÓ, Elza S. Fatores estáticos e dinâmicos: mortalidade, fecundidade e migrações. IN: *Dinâmica da População –Teoria, métodos e técnicas de análise*, São Paulo, T. A. Editora Ltda, 1980.

BILAC, Elibete Dória. **Estruturas Familiares e Padrão de Residência**. 2001 (mimeo).

BILAC, Elibete Dória. **Sobre as Transformações nas Estruturas Familiares no Brasil**. Notas Muito Preliminares. In Ribeiro, I e A. C. T. Ribeiro, (org.): *Famílias em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira*. São Paulo: Loyola:1995.

BILAC, Elibete Dória. **Família: Algumas Inquietações.** In Carvalho, M. C. B (org.). *A Família Contemporânea em Debate.* São Paulo: EDUC:1995.

BILAC, Elibete Dória. **Convergências e Divergências nas Estruturas Familiares no Brasil. Ciências Sociais Hoje.** São Paulo. Vertice/Anpocs. 1991.

BORAN, Jair e VEIGA, José Eli da. (Org.) **Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento.** Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001. (textos para discussão nº 1).

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOWAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos.** In: *Revista Brasileira de Estudos Populacionais.* Brasília, V. 15(2), 1998.

CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G (eds). **O Novo Rural Brasileiro: uma análise estadual Sul, Sudeste e Centro-Oeste.** Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000, vol. 1.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida.** São Paulo: Duas Cidades; Ed. 24, 2001.

CANO, Wilson. “Algumas Implicações Espaciais da terceira revolução Industrial no Brasil”. In: GONÇALVES, Maria Flora (org.). **O Novo Brasil Urbano: impasses dilemas, perspectivas.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

CARNEIRO, Maria José. Política de Desenvolvimento e o “Novo Rural”. In: CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G (eds). **O Novo Rural Brasileiro: Políticas Públicas.** Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000, vol.4.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade, Novas Identidades em Questão.** Revista Estudos sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998 (revista Semestral).

CUNHA, José Marcos Pinto da. **A Migração no Centro-Oeste Brasileiro no período de 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação.** Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, 2002.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **Dinâmica Migratória e o Processo de ocupação do Centro-Oeste Brasileiro: o caso de Mato Grosso.** Relatório Final. Campinas, Nepo/Unicamp. Abril de 2004.

CUNHA, José Marcos Pinto da. e Rodrigues, Izilda Aparecida. **Transition Space: new standpoint on São Paulo State's (Brazil) populatino redistribution pocess**”. In: IUSSP General Population Conference, 24. Salavador, Anais, 2001.

DINIZ, Alexandre M. A. **Migração e Evolução da Fronteira Agrícola**. Trabalho apresentado no *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, nov. 2002.

DINIZ, Alexandre M. A. “Migrações Internas no Brasil: municípios metropolitanos e não metropolitanos”. In: **Anais... II Encontro Nacional sobre Migração**. Belo Horizonte: ABEP, 2000.

FIGUEIREDO, Aline. **A Propósito do Boi**. Editora: UFMT, 1994

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata** 4.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FLORES, Murilo Xavier e MACÊDO, Manoel Moacir Costa. Políticas para o Novo Mundo Rural Brasileiro. In: CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G (eds). **O Novo Rural Brasileiro: Políticas Públicas**. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000, vol.4.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal (1933)**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991**. Número 21, São Paulo. Conceituação das características divulgadas no Censo Demográfico de 1991.

FURTADO, Celso. **Em Busca de um Novo Modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

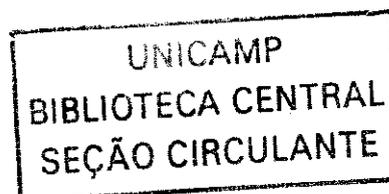
GOLDANI, Ana Maria. **Família, Trajetórias Individuais e Mudanças Demográficas (mimeo, s.d.)**.

GUMARÃES, M. D. A. **Os Colonos de Rio Claro: estudo de uma colonização no norte do Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil (1936)**. São Paulo: Companhia das Letras 1995.

JARDIN, Antônio de Ponte. “Aspectos do Processo de Urbanização Crescente da Região Centro-Oeste”. In: LAVINAS, Lena: **A Urbanização da Fronteira: Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Publipur/UFRJ, 1996, vol. II.

JATENE, Heliana da Silva. **Reabertura da Fronteira sob Controle: a colonização particular dirigida de Alta Floresta**. Campinas: UNICAMP, 1983 (Dissertação Mestrado).



KINZO, Mary Dayse. **Colonização e as Transformações na Estrutura de Classes: de posseiros a colonos**. Brasília: UNB, 1982 (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: UCITEC, 1997.

MARTINS, José de Souza. "O Vôo das Andorinhas". In. **Não há Terra para Plantar neste Verão: o cerco das terras indígenas e terras de trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu ligar no processo político**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: Editora UCITEC, 1980.

MAFRA, M. Y. **Zoneamento sócio-econômico ecológico: diagnóstico sócio-econômico-ecológico do estado de Mato Grosso e assistência técnica na formulação da 2ª aproximação**. Cuiabá: Governo do Estado do Mato Grosso/SEPLAN/BIRD, 2000. (situação fundiária – parte 1: consolidação de Dados Secundários – nível compilatório)

MEDEIROS, Marcelo e OSÓRIO, Rafael G. **Mudanças na Composição dos Arranjos Domiciliares no Brasil – 1978 a 1998**. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Campinas, V. 17, n. 1/2, p. 71-85, jan./dez. 2000.

MONTALI, Lilia. **A Família e Trabalho na Reestruturação Produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida**. Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, 2002. (caderno n. 47).

MOREIRA, Roberto José. "Agricultura Familiar e Sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas". In. *Estudos, Sociedade e Agricultura*. Revista semestral, abril, 1997, nº 8.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência..** São Paulo: USP, 1997 (Tese de Livre-Docência).

PACHECO, C. A. **Evolução Recente da Urbanização e da Questão Regional no Brasil: implicações econômicas para a dinâmica demográfica**. Campinas: Unicamp/IE-Nesur, s.d. (mimeo).

PACHECO, C. A. E PATARRA N. **Movimentos Migratórios anos 80: novos padrões?** 1992 (mimeo).

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia (1942)**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RODRIGUES, Isis. **Características Demográficas da População Rural Paulista nos Anos 80 e 90**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Unicamp, set. 2002.

SCHNEIDER, Sérgio. **“Camponeses, Agricultores e Pluriatividade”**. In. *Estudos Sociedade e Agricultura*, out. 1998, Número 11. (revista semestral).

SILVA, José Antônio da. **Transformações na Agricultura e Migrações Internas em Mato Grosso, na Década de 70**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1989 (Dissertação de Mestrado).

SILVA, José Antônio da. **Crescimento Populacional e Ocupação Recente em Mato Grosso**. In: *Cadernos de Estudos Sociais*. Recife v.13(1):127-142, jan./jun.1997 NEPO Id.

SILVA, José Graziano da. **Quem Precisa de uma Estratégia de desenvolvimento?** In: NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem o Brasil Rural Precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001. (textos para discussão nº 2).

SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural Brasileiro**. *Nova Economia* – Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, maio/1997.

SOUZA, Marcelino de e GROSSI, Mauro E. **“As Vilas Rurais no Estado do Paraná: uma política não agrícola com viés agrícola”**. *Revista ABRA*, vol. 29/30, nº 1,2 e 3, jan/dez. 2000.

TAVARES, José Vicente. **Crítica do Sociologia Rural e a Construção de uma outra sociologia dos Processos Sociais Agrários**. 1991.

TAVARES, José Vicente **Colonos do Vinho: Estudo Sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital**. São Paulo, Hucitec, 1984.

VEIGA, José Eli da. et alli. **O Brasil Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/UCITEC, 1991.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Urbanização e Ruralidade: Relações entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural: Estudo Preliminar sobre os Pequenos Municípios em Pernambuco. Mimeo. Recife, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A Emergência De Uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas: o “Rural” como Espaço Singular e Ator Coletivo.** Mimeo. Recife, Março 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Olhares Sobre o “Rural” Brasileiro.** Mimeo. Recife, outubro 1999.

WEID, Jean Marc von der. **Qual estratégia para o desenvolvimento rural?** In: NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem o Brasil Rural Precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001. (textos para discussão nº 2).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE